

**BIÊNIO – janeiro de 2023 / janeiro de 2025**

**Antonio José Costa de Freitas Guimarães**

Conselheiro/Presidente do TCMPA

**Lúcio Dutra Vale**

Conselheiro/Vice-presidente do TCMPA

**José Carlos Araújo**

Conselheiro/Corregedor do TCMPA

**Francisco Sérgio Belich de Souza Leão**

Conselheiro/Ouvidor do TCMPA

**Luis Daniel Lavareda Reis Junior**

Conselheiro/Presidente da Câmara Especial

**Mara Lúcia Barbalho da Cruz**

Conselheira/Diretora Geral da Escola de Contas Públicas do TCMPA

**Sebastião Cezar Leão Colares**

Conselheiro/Vice-Presidente da Câmara Especial

**CONSELHEIRO(A) SUBSTITUTO(A):**

↳ **José Alexandre da Cunha Pessoa**

↳ **Sérgio Franco Dantas**

↳ **Adriana Cristina Dias Oliveira**

↳ **Márcia Tereza Assis da Costa**

**CRIAÇÃO**

“O Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará (TCMPA) foi instituído pela **Emenda Constitucional nº 13, de 16/10/1980**, à Constituição Estadual, com fundamento no Art. 16, § 1º da Constituição Federal.”

**MISSÃO**

“Orientar e fiscalizar a administração pública e a gestão dos recursos municipais, visando a sua efetiva e regular aplicação em benefício da sociedade.”

**VISÃO**

“Ser instituição de excelência no controle externo, reconhecida pela sociedade como indispensável ao aperfeiçoamento da gestão pública.”

**REGULAMENTAÇÃO/DOE TCMPA**

Lei Complementar nº 102/2015, 25/09/2015;  
Instrução Normativa nº 03/2016/TCMPA;  
Sua estreia aconteceu em 13/12/2016.

**CONTATO/DOE do TCMPA**

Secretaria Geral/ (91) 3210-7813  
suporte.doe@tcm.pa.gov.br

**ENDEREÇO/TCMPA**

Trav. Magno de Araújo, 474 - Telégrafo Sem Fio.  
Belém - Pará - Brasil - CEP 66.113-055 - Tele-  
fone: (91) 3210-7500 (Geral)

**CONSELHEIRO DANIEL LAVAREDA É UM DOS AUTORES  
DO LIVRO QUE HOMENAGEIA JURISTA ZENO VELOSO**



Na noite desta segunda-feira (19), foi lançando o livro “Constituição do Estado do Pará – Texto e Contexto”, no hall do auditório “João Batista”, na sede da Assembleia Legislativa do Pará (ALEPA), em Belém. O livro agrega pontos de vista regionais a respeito dos principais temas do constitucionalismo estadual e celebra os 30 anos da Constituição do Pará com a homenagem o jurista Zeno Veloso, falecido em 18 de março de 2021.

O conselheiro do Tribunal de Contas dos Municípios do Pará (TCMPA), Daniel Lavareda, assina o artigo intitulado “Da fiscalização contábil, financeira e orçamentária: na Constituição do Estado do Pará”. Mais de 70 coautores fazem parte da publicação, que reúne professores universitários, procuradores e outros.

Daniel Lavareda destacou o convite feito a ele pelos organizadores do livro. “Uma honra muito grande receber o convite para que a gente pudesse escrever na publicação, que é homenagem ao professor Zeno Veloso, o maior jurista que esse Estado já teve e que teve a honra de ser diretor jurídico dessa Casa e nos dar a honra de ser diretor jurídico dessa Casa”.

O livro foi publicado com o apoio da ALEPA, da Escola do Legislativo da Casa, Ministério Público do Estado do Pará, Federação do Comércio do Estado do Pará, Associação dos Notários e Registradores do Pará e Universidade da Amazônia. O conselheiro aposentado do TCMPA, Ronaldo Passarinho, esteve presente no lançamento com outras autoridades locais, entre elas, procuradores de Contas dos Municípios do Pará.

Lavareda também teve essa semana outro artigo publicado. Foi no portal da Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (ATRICON) e também no Atriconet. Nesse artigo, o conselheiro do TCMPA aborda o título “Considerações acerca da prescrição nos Tribunais de Contas quanto ao alcance da repercussão geral proferida pelo STF”.

**CONFIRA O ARTIGO AQUI.**

**NESTA EDIÇÃO**

DO TRIBUNAL PLENO OU CÂMARA ESPECIAL	
ATO DE JULGAMENTO .....	02
DO GABINETE DO PRESIDÊNCIA	
PAUTA DE JULGAMENTO .....	17
DO GABINETE DA VICE-PRESIDÊNCIA	
ADMISSIBILIDADE .....	21
DO GABINETE DO CORREGEDOR	
SOLICITAÇÃO DE PARCELAMENTO .....	27
DO GABINETE DE CONSELHEIRO SUBSTITUTO	
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO .....	27
SERVIÇOS AUXILIARES – SA	
CONTRATO .....	33



**DO TRIBUNAL PLENO OU CÂMARA ESPECIAL****ATO DE JULGAMENTO****ACÓRDÃO****ACÓRDÃO Nº 42.360**

Processo nº 061400.2021.2.000

Jurisdicionado: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE PRIMAVERA

Assunto: Contas Anuais de Gestão – Exercício 2021

Relator: Conselheiro José Carlos Araújo

Instrução: 7ª Controladoria

Procurador(a): ELISABETH MASSOUD SALAME DA SILVA

Interessada: TAYANA DE SOUZA RAIOL (Ordenadora)

**EMENTA:** PRESTAÇÃO DE CONTAS DE GESTÃO. FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE PRIMAVERA. EXERCÍCIO DE 2021. CONTAS REGULARES. ALVARÁ DE QUITAÇÃO.**VISTOS**, relatados e discutidos os autos do Processo Nº 061400.2021.2.000, **ACORDAM**, à unanimidade, os Conselheiros do **PLENO** do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, nos termos do voto do Relator,**CONSIDERANDO** o disposto no artigo 45, inciso I, da Lei Estadual nº 109/2016.**DECISÃO: JULGAR REGULARES** as contas do(a) Sr(a) Tayana De Souza Raiol, relativas ao exercício financeiro de 2021.

Não foram encontradas falhas no período de gestão.

Deverá ser expedido Alvará de Quitação à Ordenadora Tayana de Souza Rayol, no valor de R\$ 1.955.727,03 (um milhão, novecentos e cinquenta e cinco mil, setecentos e vinte e sete reais e três centavos).

Sala das sessões do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará.

Belém – PA, 31 de março de 2023.

**ACÓRDÃO Nº 42.443**

Processo nº 009407.2021.2.000

Jurisdicionado: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE AUGUSTO CORREA

Assunto: Contas Anuais de Gestão – Exercício 2021

Relator: Conselheiro José Carlos Araújo

Instrução: 7ª Controladoria

Procurador(a): ELISABETH MASSOUD SALAME DA SILVA

Interessados: MARTA MELO MACHADO (Ordenadora – 29/10/2021 até 31/12/2021), SÉRGIO ROBERTO RODRIGUES LIMA (Contador – 01/01/2021 até 31/12/2021) E THIELE DA CRUZ PEREIRA (Ordenadora – 01/01/2021)

**EMENTA:** PRESTAÇÃO DE CONTAS DE GESTÃO. FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE AUGUSTO CORREA. EXERCÍCIO DE 2021. REGULAR COM RESSALVA. APLICAÇÃO DE MULTA. ALVARÁ DE QUITAÇÃO AOS ORDENADORES APÓS RECOLHIMENTO DA MULTA.**VISTOS**, relatados e discutidos os autos do Processo Nº 009407.2021.2.000, **ACORDAM**, à unanimidade, os Conselheiros do **PLENO** do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, nos termos do voto do Relator,**CONSIDERANDO** o disposto no artigo 45, inciso II, da Lei Estadual nº 109/2016.**DECISÃO: JULGAR REGULAR COM RESSALVA** as contas do(a) Sr(a) Marta Melo Machado, relativas ao exercício financeiro de 2021.

Pela falha de natureza formal apontada em seu período de gestão.

**APLICAR multa** na quantidade de **500 UPF-PA** prevista no Artigo 72 da Lei Complementar 109/16 inciso(s) X, ao(a) Sr(a) Marta Melo Machado, que deverá ser recolhida ao FUMREAP, instituído pela Lei nº 7.368 /2009, de 29/12/2009, no prazo de 30 (trinta) dias, conforme previsão do art. 695, caput, do RI/TCM-PA. pela incorreta apropriação e recolhimento no próprio exercício, das Obrigações Patronais ao INSS, no valor de R\$ 70.259,44, em afronta ao art. 35, II da Lei Federal 4.320/64 c/c art. 50, II da LRF.

Fica desde já ciente que o não recolhimento da multa no prazo estipulado, ficará o(a) ordenador(a) passível dos acréscimos decorrentes da mora, com base no art. 703, I, II e III, do Regimento Interno, deste Tribunal.

**CONSIDERANDO** o disposto no artigo 45, inciso II, da Lei Estadual nº 109/2016.**JULGAR REGULAR COM RESSALVA** as contas do(a) Sr(a) Thiele Da Cruz Pereira, relativas ao exercício financeiro de

2021. pela impropriedade/falha formal apontada em seu período de gestão

**APLICAR multa** na quantidade de 500 UPF-PA prevista no Artigo 72 da Lei Complementar 109/16 inciso(s) X, ao(a) Sr(a) Thiele Da Cruz Pereira, que deverá ser recolhida ao FUMREAP, instituído pela Lei nº 7.368 /2009, de 29/12/2009, no prazo de 30 (trinta) dias, conforme previsão do art. 695, caput, do RI/TCM-PA.

Pela incorreta apropriação e recolhimento no próprio exercício, das Obrigações Patronais ao INSS, no valor de R\$ 70.259,44, em afronta ao art. 35, II da Lei Federal 4.320/64 c/c art. 50, II da LRF.

Fica desde já ciente que o não recolhimento da multa no prazo estipulado, ficará o(a) ordenador(a) passível dos acréscimos decorrentes da mora, com base no art. 703, I, II e III, do Regimento Interno, deste Tribunal.

Após o recolhimento da multa imputada, deverá ser expedido Alvará de Quitação à Ordenadora Thiele da Cruz Pereira, no valor de R\$ 2.766.776,25 (dois milhões, setecentos e sessenta e seis mil, setecentos e setenta e seis reais e vinte e cinco centavos).

Após o recolhimento da multa imputada, deverá ser expedido Alvará de Quitação à Ordenadora Marta Melo Machado, no valor de R\$ 975.979,97 (novecentos e setenta e cinco mil, novecentos e setenta e nove reais e noventa e sete centavos).

Sala das sessões do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará.

Belém – PA, 11 de Abril de 2023.

#### ACÓRDÃO Nº 42.444

Processo nº 017399.2021.2.000

Jurisdicionado: FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE BRAGANÇA

Assunto: Contas Anuais de Gestão – Exercício 2021

Relator: Conselheiro José Carlos Araújo

Instrução: 7ª Controladoria

Procurador(a): Erika Monique Paraense Serra Vasconcellos

Interessados: ANTONIO MOTA DE OLIVEIRA JUNIOR (Contador – 01/01/2021 até 31/12/2021) E ELIENA CAROLINE RAMALHO DIAS (Ordenadora – 01/01/2021 até 31/12/2021)

**EMENTA:** PRESTAÇÃO DE CONTAS DE GESTÃO. FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE BRAGANÇA. EXERCÍCIO DE 2021. REGULAR COM RESSALVA. APLICAÇÃO DE MULTAS. ALVARÁ DE QUITAÇÃO APÓS RECOLHIMENTO DAS MULTAS.

**VISTOS**, relatados e discutidos os autos do Processo Nº 017399.2021.2.000, **ACORDAM**, à unanimidade, os Conselheiros do **PLENO** do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, nos termos do voto do Relator,

**CONSIDERANDO** o disposto no artigo 45, inciso II, da Lei Estadual nº 109/2016.

**DECISÃO:** **JULGAR REGULAR COM RESSALVA** as contas do(a) Sr(a) Eliena Caroline Ramalho Dias, relativas ao exercício financeiro de 2021.

Pelas falhas de natureza formal apontadas em sua gestão.

**APLICAR as multas** abaixo ao(a) Sr(a) Eliena Caroline Ramalho Dias, que deverão ser recolhidas ao FUMREAP, instituído pela Lei nº 7.368/2009, de 29/12/2009, no prazo de 30 (trinta) dias, conforme previsão do art. 695, caput, do RI/TCM-PA:

1. Multa na quantidade de **300 UPF-PA** prevista no Artigo 72 da Lei Complementar 109/16 inciso(s) X, pela incorreta apropriação e empenhamento das obrigações patronais descumprindo a Lei Federal 4.320/64 c/c o artigo 50, inciso II da LRF;

2. Multa na quantidade de **1000 UPF-PA** prevista no Artigo 72 da Lei Complementar 109/16 inciso(s) X, pela inscrição em restos a pagar sem a devida disponibilidade financeira, no montante de R\$ 1.683.638,37, em descumprimento ao Art. 1º, §1º da Lei 101/2000.

Fica desde já ciente que o não recolhimento da multa no prazo estipulado, ficará o(a) ordenador(a) passível dos acréscimos decorrentes da mora, com base no art. 703, I, II e III, do Regimento Interno, deste Tribunal. Após o recolhimento das multas imputadas, deverá ser expedido Alvará de Quitação à Ordenadora Eliena Caroline Ramalho Dias, no valor de R\$ 10.037.311,39 (dez milhões, trinta e sete mil, trezentos e onze reais e trinta e nove centavos).

Sala das sessões do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará.

Belém – PA, 11 de Abril de 2023.



**ACÓRDÃO Nº 42.579**

Processo nº 009409.2021.2.000

Jurisdicionado: FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE  
AUGUSTO CORREA

Assunto: Contas Anuais de Gestão – Exercício 2021

Relator: Conselheiro José Carlos Araújo

Instrução: 7ª Controladoria

Procurador(a): MARIA REGINA FRANCO CUNHA

Interessada: IVANEZ BALDEZ DO NASCIMENTO  
(Ordenadora – 01/01/2021)

**EMENTA:** PRESTAÇÃO DE CONTAS DE GESTÃO. FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE AUGUSTO CORREA. EXERCÍCIO DE 2021. REGULAR COM RESSALVA. APLICAÇÃO DE MULTA. ALVARÁ DE QUITAÇÃO APÓS O RECOLHIMENTO DAS MULTA.

**VISTOS**, relatados e discutidos os autos do Processo Nº 009409.2021.2.000, **ACORDAM**, à unanimidade, os Conselheiros do **PLENO** do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, nos termos do voto do Relator,

**CONSIDERANDO** o disposto no artigo 45, inciso II, da Lei Estadual nº 109/2016.

**DECISÃO: JULGAR REGULAR COM RESSALVA** as contas do(a) Sr(a) Ivanez Baldez Do Nascimento, relativas ao exercício financeiro de 2021.

Pela falha de natureza formal levantada em seu período de gestão.

**APLICAR multa** na quantidade de **1000 UPF-PA** prevista no Artigo 72 da Lei Complementar 109/16 inciso(s) X, ao(à) Sr(a) Ivanez Baldez Do Nascimento, que deverá ser recolhida ao FUMREAP, instituído pela Lei nº 7.368/2009, de 29/12/2009, no prazo de 30 (trinta) dias, conforme previsão do art. 695, caput, do RI/TCM-PA, pelo incorreto empenhamento e recolhimento das Obrigações Patronais ao INSS, no aporte de R\$ 7.974.904,94 no próprio exercício, em descumprimento ao art. 35, II da Lei Federal 4.320/64 c/c art. 50, II da LRF.

Fica desde já ciente que o não recolhimento da multa no prazo estipulado, ficará o(a) ordenador(a) passível dos acréscimos decorrentes da mora, com base no art. 703, I, II e III, do Regimento Interno, deste Tribunal.

Após o recolhimento da multa imputada, deverá ser expedido Alvará de Quitação ao Ordenador Ivanez Baldez

do Nascimento, no valor de R\$ 51.177.970,76 (cinquenta e um milhões, cento e setenta e sete mil, novecentos e setenta reais e setenta e seis centavos).

Sala das sessões do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará.

Belém – PA, 25 de Abril de 2023.

**ACÓRDÃO Nº 42.614**

Processo nº 080218.2021.2.000

Jurisdicionado: FUNDO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL DE  
SÃO SEBASTIÃO DA BOA VISTA

Assunto: Contas Anuais de Gestão – Exercício 2021

Relator: Conselheiro Sebastião Cezar Leão Colares

Instrução: 2ª Controladoria

Procurador(a): Erika Monique Paraense Serra Vasconcellos

Interessados: JOSÉ CARLOS PANTOJA MENDES (Ordenador – 01/01/2021 até 07/06/2021), DARIO GONÇALVES JUNIOR (Ordenador – 08/06/2021 até 31/12/2021), ANTONIO ASSIS RIOS ALVES (Contador – 01/06/2021 até 31/12/2021, Presidente da CPL – 01/06/2021) E ELIEZER GOMES CORREA (Contador – 01/01/2021 até 07/06/2021, Controle Interno – 01/01/2021 até 07/06/2021)

**EMENTA:** PRESTAÇÃO DE CONTAS DE GESTÃO. FUNDO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO DA BOA VISTA. EXERCÍCIO DE 2021. ORDENADOR: JOSÉ CARLOS PANTOJA MENDES (PERÍODO DE 01.01 À 07.06): REMESSA INTEMPESTIVA DA PRESTAÇÃO DE CONTAS DO 1º QUADRIMESTRE. NÃO FOI ENCAMINHADA A EXECUÇÃO FINANCEIRA DO PERÍODO ORDENADO. CONTAS REGULARES COM RESSALVAS. MULTAS. ORDENADOR: DARIO GONÇALVES JÚNIOR (PERÍODO DE 08.06 À 31.12): REMESSA INTEMPESTIVA DA PRESTAÇÃO DE CONTAS DO 2º QUADRIMESTRE. NÃO FOI ENCAMINHADA A EXECUÇÃO FINANCEIRA DO PERÍODO ORDENADO. AUSÊNCIA DE MANIFESTAÇÃO DA NOTIFICAÇÃO Nº 512616/2021/COFEPPS/RPPS/TCM-PA. INEXISTÊNCIA DO CRF. NÃO FOI ENCAMINHADO O DIPR; NÃO FOI ENCAMINHADO O DRAA; DESCUMPRIMENTO DA IN Nº 011/2021/TCM-PA. CONTAS IRREGULARES. MULTAS.

**VISTOS**, relatados e discutidos os autos do Processo Nº 080218.2021.2.000, **ACORDAM**, à unanimidade, os





Conselheiros do **PLENO** do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, nos termos do voto do Relator,

**CONSIDERANDO** o disposto no artigo 45, inciso II, da Lei Estadual nº 109/2016.

**DECISÃO: JULGAR REGULAR COM RESSALVA** as contas do(a) Sr(a) José Carlos Pantoja Mendes, relativas ao exercício financeiro de 2021.

Devendo ser expedido o competente Alvará de Quitação pelas despesas ordenadas no valor de R\$ 2.243.868,82 (dois milhões, duzentos e quarenta e três mil, oitocentos e sessenta e oito reais e oitenta e dois centavos), condicionado o recolhimento das multas aplicadas.

**APLICAR as multas** abaixo ao(à) Sr(a) José Carlos Pantoja Mendes, que deverão ser recolhidas ao FUMREAP, instituído pela Lei nº 7.368/2009, de 29/12/2009, no prazo de 30 (trinta) dias, conforme previsão do art. 695, caput, do RI/TCM-PA:

1. Multa na quantidade de **300 UPF-PA** prevista no art. 700, VI, do RI/TCM/PA., pela remessa intempestiva da prestação de contas do 1º quadrimestre;
2. Multa na quantidade de **300 UPF-PA** prevista no art. 698, III, "a", do RI/TCM/PA., pelo não encaminhamento da execução financeira do período ordenado.

Fica desde já ciente que o não recolhimento da multa no prazo estipulado, ficará o(a) ordenador(a) passível dos acréscimos decorrentes da mora, com base no art. 703, I, II e III, do Regimento Interno, deste Tribunal.

**CONSIDERANDO** o disposto no artigo 45, inciso III, c, da Lei Estadual nº 109/2016.

**JULGAR IRREGULARES** as contas do(a) Sr(a) Dario Gonçalves Junior, relativas ao exercício financeiro de 2021.

Pelas falhas apontadas.

**APLICAR as multas** abaixo ao(à) Sr(a) Dario Gonçalves Junior, que deverão ser recolhidas ao FUMREAP, instituído pela Lei nº 7.368/2009, de 29/12/2009, no prazo de 30 (trinta) dias, conforme previsão do art. 695, caput, do RI/TCM-PA:

1. Multa na quantidade de **300 UPF-PA** prevista no art. 700, IV, do RI/TCM/PA., pela remessa intempestiva da prestação de contas do 2º quadrimestre;
2. Multa na quantidade de **300 UPF-PA** prevista no art. 698, III, "a", do RI/TCM/PA., pelo não encaminhamento da execução financeira do período ordenado;

3. Multa na quantidade de **400 UPF-PA** prevista no art. 698, IV, "b", do RI/TCM/PA., pela inexistência do certificado de regularidade fiscal; E, o descumprimento da IN nº 011/2021/TCM-PA;

4. Multa na quantidade de **1000 UPF-PA** prevista no art. 698, III, "a", do RI/TCM/PA., pela ausência de manifestação sobre a notificação nº 512616/2021; Não encaminhamento do demonstrativo de informações previdenciárias e repasses-DIPR; E, o não encaminhamento do demonstrativo de resultado da avaliação atuarial-DRAA.

Fica desde já ciente que o não recolhimento da multa no prazo estipulado, ficará o(a) ordenador(a) passível dos acréscimos decorrentes da mora, com base no art. 703, I, II e III, do Regimento Interno, deste Tribunal.

Belém – PA, 28 de Abril de 2023.

#### ACÓRDÃO Nº 42.617

Processo nº 008443.2016.2.000

Jurisdicionado: IPMA DE ANANINDEUA

Assunto: Contas Anuais de Gestão – Exercício 2016

Relator: Conselheiro Sebastião Cezar Leão Colares

Instrução: 2ª Controladoria

Procurador(a): MARIA INEZ KLAUTAU DE MENDONÇA GUEIROS

Interessados: LORENA DE NAZARÉ MARÇAL DE SOUZA SANOVA (Ordenadora – 01/01/2016 até 01/04/2016), ALEXANDRE MARÇAL ROCHA (Ordenador – 02/04/2016 até 31/12/2016) E CARLOS RENATO BARRA MARTINS (Contador – 01/01/2016 até 31/12/2016)

**EMENTA:** PRESTAÇÃO DE CONTAS DE GESTÃO. IPMA DE ANANINDEUA. EXERCÍCIO DE 2016. ORDENADORA: LORENA DE NAZARÉ MARÇAL DE SOUZA SANOVA (PERÍODO DE 01.01 A 01.04): NÃO FOI ENCAMINHADA A EXECUÇÃO FINANCEIRA DO PERÍODO. CONTAS REGULARES COM RESSALVA. MULTA. ORDENADOR: ALEXANDRE MARÇAL ROCHA (PERÍODO DE 02.04 A 31.12): REMESSA INTEMPESTIVA DA PRESTAÇÃO DE CONTAS QUADRIMESTRAL; NÃO FOI ENCAMINHADA A EXECUÇÃO FINANCEIRA DO PERÍODO ORDENADO. CONTAS REGULARES COM RESSALVAS. MULTAS.

**VISTOS**, relatados e discutidos os autos do Processo Nº 008443.2016.2.000, **ACORDAM**, à unanimidade, os Conselheiros do **PLENO** do Tribunal de Contas dos



Municípios do Estado do Pará, nos termos do voto do Relator,

**CONSIDERANDO** o disposto no artigo 45, inciso II, da Lei Estadual nº 109/2016.

**DECISÃO: JULGAR REGULAR COM RESSALVA** as contas do(a) Sr(a) Lorena De Nazaré Marçal De Souza Sanova, relativas ao exercício financeiro de 2016.

Devendo ser expedido o competente Alvará de Quitação pelas despesas ordenadas no valor de R\$ 5.846.096,10 (cinco milhões, oitocentos e quarenta e seis mil, noventa e seis reais e dez centavos), condicionado o recolhimento da multa aplicada.

**APLICAR multa** na quantidade de **300 UPF-PA** prevista no art. 698, III, "a", do RI/TCM/PA., pelo não encaminhamento da execução financeira do período ordenado, e comprovações do saldo., ao(a) Sr(a) Lorena De Nazaré Marçal De Souza Sanova, que deverá ser recolhida ao FUMREAP, instituído pela Lei nº 7.368/2009, de 29/12/2009, no prazo de 30 (trinta) dias, conforme previsão do art. 695, caput, do RI/TCM-PA.

Fica desde já ciente que o não recolhimento da multa no prazo estipulado, ficará o(a) ordenador(a) passível dos acréscimos decorrentes da mora, com base no art. 703, I, II e III, do Regimento Interno, deste Tribunal.

**CONSIDERANDO** o disposto no artigo 45, inciso II, da Lei Estadual nº 109/2016.

**JULGAR REGULAR COM RESSALVA** as contas do(a) Sr(a) Alexandre Marçal Rocha, relativas ao exercício financeiro de 2016.

Devendo ser expedido o competente Alvará de Quitação pelas despesas ordenadas no valor de R\$ 142.515.072,91 (cento e quarenta e dois milhões, quinhentos e quinze mil, setenta e dois reais e noventa e um centavos), onde se inclui de saldo para o exercício seguinte o valor de R\$ 121.476.762,11 (cento e vinte e um milhões, quatrocentos e setenta e seis mil, setecentos e sessenta e dois reais e onze centavos), condicionado o recolhimento das multas aplicadas.

**APLICAR as multas** abaixo ao(a) Sr(a) Alexandre Marçal Rocha, que deverão ser recolhidas ao FUMREAP, instituído pela Lei nº 7.368/2009, de 29/12/2009, no prazo de 30 (trinta) dias, conforme previsão do art. 695, caput, do RI/TCM-PA:

1. Multa na quantidade de **300 UPF-PA** prevista no art. 698, III, "a", do RI/TCM/PA., pelo não encaminhamento da execução financeira do período ordenado.

2. Multa na quantidade de **1000 UPF-PA** prevista no art. 700, III e IV, do RI/TCM/PA., pela remessa intempestiva das prestações de contas quadrimestrais.

Fica desde já ciente que o não recolhimento da multa no prazo estipulado, ficará o(a) ordenador(a) passível dos acréscimos decorrentes da mora, com base no art. 703, I, II e III, do Regimento Interno, deste Tribunal. .

Belém – PA, 28 de Abril de 2023.

#### ACÓRDÃO Nº 42.618

Processo nº 008399.2016.2.000

Jurisdicionado: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE ANANINDEUA

Assunto: Contas Anuais de Gestão – Exercício 2016

Relator: Conselheiro Sebastião Cezar Leão Colares

Instrução: 2ª Controladoria

Procurador(a): MARIA REGINA FRANCO CUNHA

Interessados: PAULO SAINT JEAN TRINDADE CAMPOS (Ordenador – 01/01/2016 até 31/12/2016) E LUCIANE DE OLIVEIRA E SILVA (Contadora – 01/01/2016 até 31/12/2016)

**EMENTA:** PRESTAÇÃO DE CONTAS DE GESTÃO. SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE ANANINDEUA. EXERCÍCIO DE 2016. AUSÊNCIA DOS PARECERES DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE. CONTAS REGULARES COM RESSALVA. MULTA.

**VISTOS**, relatados e discutidos os autos do Processo Nº 008399.2016.2.000, **ACORDAM**, à unanimidade, os Conselheiros do **PLENO** do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, nos termos do voto do Relator,

**CONSIDERANDO** o disposto no artigo 45, inciso II, da Lei Estadual nº 109/2016.

**DECISÃO: JULGAR REGULAR COM RESSALVA** as contas do(a) Sr(a) Paulo Saint Jean Trindade Campos, relativas ao exercício financeiro de 2016.

Devendo ser expedido o competente Alvará de Quitação pelas despesas ordenadas no valor de R\$ 316.512.009,11 (trezentos e dezesseis milhões, quinhentos e doze mil, nove reais e onze centavos), onde se inclui de saldo para



o exercício seguinte o valor de R\$ 9.541.515,65 (nove milhões, quinhentos e quarenta e um mil, quinhentos e quinze reais e sessenta e cinco centavos), condicionado o recolhimento da multa aplicada.

**APLICAR multa** na quantidade de **1000 UPF-PA** prevista no art. 698, III, "a" do RI/TCM/PA., pela ausência dos Pareceres do Conselho Municipal de Saúde sobre as contas do 1º, 2º e 3º quadrimestres, ao(à) Sr(a) Paulo Saint Jean Trindade Campos, que deverá ser recolhida ao FUMREAP, instituído pela Lei nº 7.368 /2009, de 29/12/2009, no prazo de 30 (trinta) dias, conforme previsão do art. 695, caput, do RI/TCM-PA.

Fica desde já ciente que o não recolhimento da multa no prazo estipulado, ficará o(a) ordenador(a) passível dos acréscimos decorrentes da mora, com base no art. 703, I, II e III, do Regimento Interno, deste Tribunal.

Belém – PA, 28 de Abril de 2023.

#### ACÓRDÃO Nº 42.680

Processo nº 061398.2021.2.000

Jurisdicionado: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PRIMAVERA

Assunto: Contas Anuais de Gestão – Exercício 2021

Relator: Conselheiro José Carlos Araújo

Instrução: 7ª Controladoria

Procurador(a): Marcelo Fonseca Barros

Interessados: ANTONIO CARDOSO DE OLIVEIRA JUNIOR (Ordenador – 01/01/2021 até 31/12/2021) E VINÍCIUS NAZARENO GARCIA DE LIMA (Contador)

**EMENTA:** PRESTAÇÃO DE CONTAS DE GESTÃO. FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PRIMAVERA. EXERCÍCIO DE 2021. REGULAR COM RESSALVA. APLICAÇÃO DE MULTAS. ALVARÁ DE QUITAÇÃO APÓS O RECOLHIMENTO DAS MULTAS.

**VISTOS**, relatados e discutidos os autos do Processo Nº 061398.2021.2.000, **ACORDAM**, à unanimidade, os Conselheiros do **PLENO** do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, nos termos do voto do Relator,

**CONSIDERANDO** o disposto no artigo 45, inciso II, da Lei Estadual nº 109/2016.

**DECISÃO:** JULGAR REGULAR COM RESSALVA as contas do(a) Sr(a) Antonio Cardoso De Oliveira Junior, relativas ao exercício financeiro de 2021.

**APLICAR as multas** abaixo ao(à) Sr(a) Antonio Cardoso De Oliveira Junior, que deverão ser recolhidas ao FUMREAP, instituído pela Lei nº 7.368/2009, de 29/12/2009, no prazo de 30 (trinta) dias, conforme previsão do art. 695, caput, do RI/TCM-PA:

1. Multa na quantidade de **300 UPF-PA** prevista no art. 698, IV, b do RITCM/PA, pela remessa intempestiva do 1º e 2º quadrimestres, descumprindo o disposto no art. 335, V do RITCMPA/Ato 23;

2. Multa na quantidade de **300 UPF-PA** prevista no art. 698, inciso IV, alínea "b", do RITCM/PA, pela não apropriação da totalidade das obrigações patronais do exercício, descumprindo o art. 50, II, da LC 101/00.

Fica desde já ciente que o não recolhimento da multa no prazo estipulado, ficará o(a) ordenador(a) passível dos acréscimos decorrentes da mora, com base no art. 703, I, II e III, do Regimento Interno, deste Tribunal.

Deverá ser expedido Alvará de Quitação no valor de R\$ 9.646.410,58 (nove milhões, seiscentos e quarenta e seis mil, quatrocentos e dez reais e cinquenta e oito centavos) ao ordenador de despesas Sr. Antônio Cardoso de Oliveira Júnior, após o recolhimento das multas aplicadas. Sala das sessões do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará.

Belém – PA, 11 de Maio de 2023.

#### ACÓRDÃO Nº 42.697

Processo nº 057002.2022.2.000

Jurisdicionado: CÂMARA MUNICIPAL DE PONTA DE PEDRAS

Assunto: Contas de Gestão – Exercício 2022

Relator: Conselheiro Sebastião Cezar Leão Colares

Instrução: 2ª Controladoria

Procurador(a): Marcelo Fonseca Barros

Interessados: FRANCILEIDE RIBEIRO DE CASTRO (Contadora – 01/01/2022 até 31/12/2022) E JOSÉ MIGUEL FERREIRA GOMES (Ordenador – 01/01/2022 até 31/12/2022)

**EMENTA:** PRESTAÇÃO DE CONTAS DE GESTÃO. CÂMARA MUNICIPAL DE PONTA DE PEDRAS. EXERCÍCIO DE 2022. CONTAS REGULARES.

**VISTOS**, relatados e discutidos os autos do Processo Nº 057002.2022.2.000, **ACORDAM**, à unanimidade, os



Conselheiros do **PLENO** do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, nos termos do voto do Relator,

**CONSIDERANDO** o disposto no artigo 45, inciso I, da Lei Estadual nº 109/2016.

**DECISÃO: JULGAR REGULARES** as contas do(a) Sr(a) José Miguel Ferreira Gomes, relativas ao exercício financeiro de 2022.

Devendo ser expedido o competente Alvará de Quitação pelas despesas ordenadas no valor de R\$ 2.542.532,19 (dois milhões, quinhentos e quarenta e dois mil, quinhentos e trinta e dois reais e dezenove centavos), onde se inclui saldo R\$ 0.00 (zero), para o exercício seguinte.

Belém – PA, 16 de Maio de 2023.

#### **ACÓRDÃO Nº 42.699**

Processo nº 103398.2021.2.000

Jurisdicionado: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO JOÃO DE PIRABAS

Assunto: Contas Anuais de Gestão – Exercício 2021

Relator: Conselheiro José Carlos Araújo

Instrução: 7ª Controladoria

Procurador(a): Marcelo Fonseca Barros

Interessados: JOSÉ MARIA MOREIRA CAMPOS (Contador – 01/01/2021 até 31/12/2021) E MERIAN BENOLIEL GOMES (Ordenadora – 01/01/2021 até 31/12/2021)

**EMENTA:** PRESTAÇÃO DE CONTAS DE GESTÃO. FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO JOÃO DE PIRABAS. EXERCÍCIO DE 2021. IRREGULARIDADE. IMPUTAÇÃO DE DÉBITOS. APLICAÇÃO DE MULTAS. ALVARÁ DE QUITAÇÃO APÓS O RECOLHIMENTO DAS MULTAS.

**VISTOS**, relatados e discutidos os autos do Processo Nº 103398.2021.2.000, **ACORDAM**, à unanimidade, os Conselheiros do **PLENO** do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, nos termos do voto do Relator,

**CONSIDERANDO** o disposto no artigo 45, inciso III, c, da Lei Estadual nº 109/2016.

**DECISÃO: JULGAR IRREGULARES** as contas do(a) Sr(a) Merian Benoliel Gomes, relativas ao exercício financeiro de 2021.

**IMPUTAR** os débitos abaixo ao(à) Sr(a) Merian Benoliel Gomes, devidamente atualizado monetariamente a partir do primeiro dia do exercício financeiro subsequente ao do processo ora analisado, segundo os índices e condições estabelecidos na legislação local, que deverá ser recolhido ao **ERÁRIO** no prazo de 60 (sessenta) dias com base no art. 706, §5º, do RI/TCM-PA:

1. Débito no valor de **R\$ 31.400,00**, pela não comprovação de despesas registrada no elemento de despesa 3.3.90.32 – Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita para os seguintes credores: POLYMEDH. EIRELI; e E M DE F GUIMARÃES ME (distribuição de cadeira de rodas).
2. Débito no valor de **R\$ 4.162,95**, divergência de valores nos saldos inicial e final da execução financeira, conforme relatório técnico inicial.

**APLICAR as multas** abaixo ao(à) Sr(a) Merian Benoliel Gomes, que deverão ser recolhidas ao FUMREAP, instituído pela Lei nº 7.368/2009, de 29/12/2009, no prazo de 30 (trinta) dias, conforme previsão do art. 695, caput, do RI/TCM-PA:

1. Multa na quantidade de **300 UPF-PA** prevista no art. 698, inciso IV, b do Regimento Interno/TCM-PA, pela ausência do parecer do 2º QUAD/2021 do Conselho Municipal de Saúde, descumprindo a IN nº 02/2019/TCM/PA, Item 16 do Anexo I;
2. Multa na quantidade de **300 UPF-PA** prevista no art. 698, inciso III, a do RITCM/PA, pelo envio intempestivo da prestação de contas do 1º, 2º e 3º quadrimestres, atrasos respectivos de 36, 21 e 69 dias, descumprindo art. 335, V do RITCM/PA;
3. Multa na quantidade de **300 UPF-PA** prevista no art. 698, IV, b do RITCM/PA, pelo não repasse das contribuições retidas do INSS no montante de R\$ 108.134,23, descumprindo o art. 216, I, "b" do Decreto Federal nº 3.048/99;
4. Multa na quantidade de **300 UPF-PA** prevista no art. 698, IV, b do Regimento Interno, pelo não recolhimento das contribuições retidas dos servidores a título de empréstimos e financiamentos.

Fica desde já ciente que o não recolhimento da multa no prazo estipulado, ficará o(a) ordenador(a) passível dos





acréscimos decorrentes da mora, com base no art. 703, I, II e III, do Regimento Interno, deste Tribunal.

Sala das Sessões do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará.

Belém – PA, 16 de Maio de 2023.

#### ACÓRDÃO Nº 42.810

Processo nº 022002.2021.2.000

Jurisdicionado: CÂMARA MUNICIPAL DE CAPANEMA

Assunto: Contas Anuais de Gestão – Exercício 2021

Relator: Conselheiro José Carlos Araújo

Instrução: 7ª Controladoria

Procurador(a): MARIA REGINA FRANCO CUNHA

Interessados: MARIA DE LOURDES CARVALHO O BRIEN (Contadora) E PEDRO PAULO LEÃO DA SILVA (Presidente)

**EMENTA:** PRESTAÇÃO DE CONTAS DE GESTÃO. CÂMARA MUNICIPAL DE CAPANEMA. EXERCÍCIO DE 2021. REGULAR COM RESSALVA. APLICAÇÃO DE MULTA. ALVARÁ DE QUITAÇÃO APÓS O RECOLHIMENTO DA MULTA.

**VISTOS**, relatados e discutidos os autos do Processo Nº 022002.2021.2.000, **ACORDAM**, à unanimidade, os Conselheiros do PLENO do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, nos termos do voto do Relator,

**CONSIDERANDO** o disposto no artigo 45, inciso II, da Lei Estadual nº 109/2016.

**DECISÃO:** JULGAR REGULAR COM RESSALVA as contas do(a) Sr(a) Pedro Paulo Leão Da Silva, relativas ao exercício financeiro de 2021.

**APLICAR multa** na quantidade de 300 UPF-PA prevista no Artigo 72 da Lei Complementar 109/16 inciso(s) II, ao(a) Sr(a) Pedro Paulo Leão Da Silva, que deverá ser recolhida ao FUMREAP, instituído pela Lei nº 7.368 /2009, de 29/12/2009, no prazo de 30 (trinta) dias, conforme previsão do art. 695, caput, do RI/TCM-PA. em razão do descumprimento do disposto no Art. 29-A, incisos I a IV da Constituição Federal/1988, tendo excedido em 0,08% o limite constitucional.

Fica desde já ciente que o não recolhimento da multa no prazo estipulado, ficará o(a) ordenador(a) passível dos acréscimos decorrentes da mora, com base no art. 703, I, II e III, do Regimento Interno, deste Tribunal.

Após recolhimento da multa expedir o competente alvará de quitação ao Ordenador, no montante de R\$ 5.242.336,37 (cinco milhões e duzentos e quarenta e dois mil e trezentos e trinta e seis reais e trinta e sete centavos).

**RECOMENDAR** o exposto a seguir:

1. Alertar, ao responsável ou a quem lhe houver sucedido, de que a reincidência nas impropriedades ou falhas apontadas poderá acarretar a irregularidade das contas subsequentes, sem prejuízo das demais sanções cabíveis (art. 507, §1º do RI/TCMPA).

Sala das sessões do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará.

Belém – PA, 25 de Maio de 2023.

#### ACÓRDÃO Nº 42.811

Processo nº 144002.2021.2.000

Jurisdicionado: CÂMARA MUNICIPAL DE TRACUATEUA

Assunto: Contas Anuais de Gestão – Exercício 2021

Relator: Conselheiro José Carlos Araújo

Instrução: 7ª Controladoria

Procurador(a): Erika Monique Paraense Serra Vasconcellos

Interessados: FRANCISCO EMANOEL PAIVA DE SOUSA (Presidente) E RENATA WILMA RUFINO SANTA BRIGIDA (Contadora – 01/01/2021 até 31/12/2021)

**EMENTA:** PRESTAÇÃO DE CONTAS DE GESTÃO. CÂMARA MUNICIPAL DE TRACUATEUA. EXERCÍCIO DE 2021. REGULAR COM RESSALVA. APLICAÇÃO DE MULTA. ALVARÁ DE QUITAÇÃO APÓS O RECOLHIMENTO DA MULTA.

**VISTOS**, relatados e discutidos os autos do Processo Nº 144002.2021.2.000, **ACORDAM**, à unanimidade, os Conselheiros do PLENO do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, nos termos do voto do Relator,

**CONSIDERANDO** o disposto no artigo 45, inciso II, da Lei Estadual nº 109/2016.

**DECISÃO:** JULGAR REGULAR COM RESSALVA as contas do(a) Sr(a) Francisco Emanuel Paiva De Sousa, relativas ao exercício financeiro de 2021.

**APLICAR multa** na quantidade de 200 UPF-PA prevista no Artigo 72 da Lei Complementar 109/16 inciso(s) X, ao(a)



Sr(a) Francisco Emanuel Paiva De Sousa, que deverá ser recolhida ao FUMREAP, instituído pela Lei nº 7.368/2009, de 29/12/2009, no prazo de 30 (trinta) dias, conforme previsão do art. 695, caput, do RI/TCM-PA, pelo não cumprimento da totalidade dos pontos de controle analisados, à época de verificação ao Portal da Transparência. Descumprindo o art. 8º, §1º, II da Instrução Normativa nº 11/2021/TCM/PA.

Fica desde já ciente que o não recolhimento da multa no prazo estipulado, ficará o(a) ordenador(a) passível dos acréscimos decorrentes da mora, com base no art. 703, I, II e III, do Regimento Interno, deste Tribunal.

Após recolhimento da multa fixada, expeça-se o competente alvará de quitação ao Ordenado de Despesas, no montante de R\$ 2.131.950,97 (dois milhões e cento e trinta e um mil e novecentos e cinquenta reais e noventa e sete centavos).

Sala das sessões do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará.

Belém – PA, 25 de Maio de 2023.

#### ACÓRDÃO Nº 42.815

Processo nº 087408.2021.2.000

Jurisdicionado: FUNDO MUNICIPAL DE ECONOMIA SOLIDARIA – FUNDOSOL DE XINGUARA

Assunto: Contas Anuais de Gestão – Exercício 2021

Relator: Conselheiro Antonio José Costa de Freitas Guimarães

Instrução: 4ª Controladoria

Procurador(a): MARIA REGINA FRANCO CUNHA

Interessado: FÁBIO TOMAZ QUEIROZ (Ordenador)

**EMENTA:** PRESTAÇÃO DE CONTAS DE GESTÃO. FUNDO MUNICIPAL DE ECONOMIA SOLIDARIA – FUNDOSOL DE XINGUARA. EXERCÍCIO DE 2021. DEFESA APRESENTADA. FALHAS PARCIALMENTE SANADAS. CONTAS REGULARES COM RESSALVA. MULTAS. ALVARÁ DE QUITAÇÃO.

**VISTOS**, relatados e discutidos os autos do Processo Nº 087408.2021.2.000, **ACORDAM**, à unanimidade, os Conselheiros do **PLENO** do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, nos termos do voto do Relator,

**CONSIDERANDO** o disposto no artigo 45, inciso II, da Lei Estadual nº 109/2016.

**DECISÃO: JULGAR REGULAR COM RESSALVA** as contas do(a) Sr(a) Fabio Tomaz Queiroz, relativas ao exercício financeiro de 2021.

**APLICAR as multas** abaixo ao(à) Sr(a) Fábio Tomaz Queiroz, que deverão ser recolhidas ao FUMREAP, instituído pela Lei nº 7.368/2009, de 29/12/2009, no prazo de 30 (trinta) dias, conforme previsão do art. 695, caput, do RI/TCM-PA:

1. Multa na quantidade de **300 UPF-PA** prevista no Art. 698, inciso IV, alínea "b", do RI/TCM/Pa. pela classificação indevida de receita orçamentária, infringindo o art. 56, da Lei nº 4.320/64;

2. Multa na quantidade de **300 UPF-PA** prevista no Art. 698, inciso IV, alínea "b", do RI/TCM/Pa., pelo atraso na remessa mensal dos arquivos de dados contábeis relativos aos meses de fevereiro, março, abril e maio, descumprindo o disposto no art. 6º, Inciso I, c/c art. 5º, §3º da Instrução Normativa nº 02/2019/TCMPA.

Fica desde já ciente que o não recolhimento da multa no prazo estipulado, ficará o(a) ordenador(a) passível dos acréscimos decorrentes da mora, com base no art. 703, I, II e III, do Regimento Interno, deste Tribunal.

**DETERMINAR** o exposto a seguir:

1. Deverá ser expedido em favor do ordenador Fábio Tomaz Queiroz, o competente Alvará de Quitação, no valor de R\$ 342.108,94, após o recolhimento das multas aplicadas.

Sala das Sessões do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará.

Belém – PA, 25 de Maio de 2023.

#### ACÓRDÃO Nº 42.816

Processo nº 087400.2021.2.000

Jurisdicionado: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE XINGUARA

Assunto: Contas Anuais de Gestão – Exercício 2021

Relator: Conselheiro Antonio José Costa de Freitas Guimarães

Instrução: 4ª Controladoria

Procurador(a): MARIA REGINA FRANCO CUNHA

Interessado: YPARAGUASSU GOIANO REMIGIO MOREIRA (Ordenador)



**EMENTA:** PRESTAÇÃO DE CONTAS DE GESTÃO. FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE XINGUARA. EXERCÍCIO DE 2021. DEFESA APRESENTADA. FALHAS PARCIALMENTE SANADAS. CONTAS REGULARES COM RESSALVA. MULTAS. ALVARÁ DE QUITAÇÃO.

**VISTOS**, relatados e discutidos os autos do Processo Nº 087400.2021.2.000, **ACORDAM**, à unanimidade, os Conselheiros do **PLENO** do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, nos termos do voto do Relator,

**CONSIDERANDO** o disposto no artigo 45, inciso II, da Lei Estadual nº 109/2016.

**DECISÃO: JULGAR REGULAR COM RESSALVA** as contas do(a) Sr(a) Yparaguassu Goiano Remigio Moreira, relativas ao exercício financeiro de 2021.

**APLICAR as multas** abaixo ao(à) Sr(a) Yparaguassu Goiano Remigio Moreira, que deverão ser recolhidas ao FUMREAP, instituído pela Lei nº 7.368/2009, de 29/12/2009, no prazo de 30 (trinta) dias, conforme previsão do art. 695, caput, do RI/TCM-PA:

1. Multa na quantidade de **300 UPF-PA** prevista no Art. 698, inciso IV, alínea "b", do RI/TCM/Pa, pela classificação indevida de receita orçamentária na unidade gestora FMS, descumprindo o Princípio da Unidade de Caixa, previsto no art. 56 da Lei nº 4.320/64;
2. Multa na quantidade de **300 UPF-PA** prevista no Art. 698, inciso IV, alínea "b", do RI/TCM/Pa, pela não apropriação das obrigações patronais do exercício referentes ao Regime Geral de Previdência Social, descumprindo o art. 195, I, "a", da Constituição Federal e art. 50, II, da Lei Complementar nº 101/00;
3. Multa na quantidade de **300 UPF-PA** prevista no Art. 698, inciso IV, alínea "b", do RI/TCM/Pa., pelas impropriedades formais nos processos licitatórios Inexigibilidade Nº 012/2021/FMS e Pregão Eletrônico Nº 053/2021/FMS. Fica desde já ciente que o não recolhimento da multa no prazo estipulado, ficará o(a) ordenador(a) passível dos acréscimos decorrentes da mora, com base no art. 703, I, II e III, do Regimento Interno, deste Tribunal.

**DETERMINAR** o exposto a seguir:

1. Deverá ser expedido em favor do ordenador Yparaguassu Goiano Remigio Moreira, no valor de R\$

47.245.726,04, após o recolhimento das multas aplicadas.

Sala das Sessões do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará.

Belém – PA, 25 de Maio de 2023.

#### **ACÓRDÃO Nº 42.817**

Processo nº 120017.2021.2.000

Jurisdicionado: FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL DE PALESTINA DO PARÁ

Assunto: Contas Anuais de Gestão – Exercício 2021

Relator: Conselheiro Francisco Sérgio Belich de Souza Leão

Instrução: 1ª Controladoria

Procurador(a): MARIA REGINA FRANCO CUNHA

Interessados: DINAR SANTIAGO DA SILVA E SILVA (Ordenadora – 01/04/2021 até 31/12/2021) E JOÃO BATISTA FERREIRA LISBOA (Ordenador – 01/01/2021 até 31/03/2021)

**EMENTA:** PRESTAÇÃO DE CONTAS DE GESTÃO. FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL DE PALESTINA DO PARA. EXERCÍCIO DE 2021. PELA REGULARIDADE COM RESSALVAS DAS CONTAS DOS 02 (DOIS) ORDENADORES. MULTAS AO FUMREAP. ALVARÁS DE QUITAÇÃO.

**VISTOS**, relatados e discutidos os autos do Processo Nº 120017.2021.2.000, **ACORDAM**, à unanimidade, os Conselheiros do **PLENO** do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, nos termos do voto do Relator,

**CONSIDERANDO** o disposto no artigo 45, inciso II, da Lei Estadual nº 109/2016.

**DECISÃO: JULGAR REGULAR COM RESSALVA** as contas do(a) Sr(a) Dinar Santiago Da Silva E Silva, relativas ao exercício financeiro de 2021.

Em favor de quem deve ser expedido o Alvará de Quitação no valor de R\$ 1.375.794,35, pelas despesas ordenadas, somente após a comprovação do recolhimento ao Fundo de Reaparelhamento do TCM-PA/FUMREAP, dos valores estipulados a título de multas.

**APLICAR as multas** abaixo ao(à) Sr(a) Dinar Santiago Da Silva E Silva, que deverão ser recolhidas ao FUMREAP, instituído pela Lei nº 7.368/2009, de 29/12/2009, no



prazo de 30 (trinta) dias, conforme previsão do art. 695, caput, do RI/TCM-PA:

1. Multa na quantidade de **100 UPF-PA** prevista no artigo 700, do RI/TCM-PA, pela intempestividade na remessa de documentos ao TCM-PA, descumprindo os prazos previstos no Art. 335, Inciso V, do Regimento Interno do TCM (ATO 23) c/c IN 002/2019-TCM/PA;
2. Multa na quantidade de **100 UPF-PA** prevista no artigo 698, IV, "b", do RI/TCM/PA, pela não apropriação e recolhimento das obrigações patronais, descumprindo art. 216, inciso I, "b" do Decreto Federal nº 3.048/1999;
3. Multa na quantidade de **50 UPF-PA** prevista no artigo 698, IV, "b", do RI/TCM/PA, pelo não repasse ao INSS da totalidade das contribuições retidas dos contribuintes, descumprindo o estabelecido no art. 216, Inciso I, alínea "b", do Decreto Federal nº 3.048/1999.

Fica desde já ciente que o não recolhimento da multa no prazo estipulado, ficará o(a) ordenador(a) passível dos acréscimos decorrentes da mora, com base no art. 703, I, II e III, do Regimento Interno, deste Tribunal.

**CONSIDERANDO** o disposto no artigo 45, inciso II, da Lei Estadual nº 109/2016.

**JULGAR REGULAR COM RESSALVA** as contas do(a) Sr(a) João Batista Ferreira Lisboa, relativas ao exercício financeiro de 2021.

Em favor de quem deve ser expedido o Alvará de Quitação no valor de R\$ 1.057.844,11, pelas despesas ordenadas, somente após a comprovação do recolhimento ao Fundo de Reparelhamento do TCM-PA/FUMREAP, dos valores estipulados a título de multas.

**APLICAR as multas** abaixo ao(à) Sr(a) Joao Batista Ferreira Lisboa, que deverão ser recolhidas ao FUMREAP, instituído pela Lei nº 7.368/2009, de 29/12/2009, no prazo de 30 (trinta) dias, conforme previsão do art. 695, caput, do RI/TCM-PA:

1. Multa na quantidade de **100 UPF-PA** prevista no artigo 698, IV, "b", do RI/TCM/PA, pela não apropriação e recolhimento das obrigações patronais, descumprindo art. 216, inciso I, "b" do Decreto Federal nº 3.048/1999;
2. Multa na quantidade de **50 UPF-PA** prevista no artigo 698, IV, "b", do RI/TCM/PA, pelo não repasse ao INSS da totalidade das contribuições retidas dos contribuintes, descumprindo o estabelecido no art. 216, Inciso I, alínea "b", do Decreto Federal nº 3.048/1999.

Fica desde já ciente que o não recolhimento da multa no prazo estipulado, ficará o(a) ordenador(a) passível dos acréscimos decorrentes da mora, com base no art. 703, I, II e III, do Regimento Interno, deste Tribunal.

Belém – PA, 25 de Maio de 2023

#### ACÓRDÃO Nº 42.818

Processo nº 139042.2021.2.000

Jurisdicionado: SEC MUN DE MEIO AMB E TURISMO DE PIÇARRA

Assunto: Contas Anuais de Gestão – Exercício 2021

Relator: Conselheiro Francisco Sérgio Belich de Souza Leão

Instrução: 1ª Controladoria

Procurador(a): MARIA REGINA FRANCO CUNHA

Interessada: JANAINA MARIA DE SOUSA (Ordenadora 01/01/2021)

**EMENTA:** PRESTAÇÃO DE CONTAS DE GESTÃO. SEC MUN DE MEIO AMB E TURISMO DE PICARRA. EXERCÍCIO DE 2021. PELA REGULARIDADE COM RESSALVAS DAS CONTAS. MULTA AO FUMREAP. ALVARÁ DE QUITAÇÃO.

**VISTOS**, relatados e discutidos os autos do Processo Nº 139042.2021.2.000, **ACORDAM**, à unanimidade, os Conselheiros do **PLENO** do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, nos termos do voto do Relator,

**CONSIDERANDO** o disposto no artigo 45, inciso II, da Lei Estadual nº 109/2016.

**DECISÃO:** **JULGAR REGULAR COM RESSALVA** as contas do(a) Sr(a) Janaina Maria De Sousa, Ordenadora relativas ao exercício financeiro de 2021.

Em favor de quem deve ser expedido o Alvará de Quitação no valor de R\$ 517.658,74, somente após a comprovação do recolhimento ao Fundo de Reparelhamento do TCM-PA/FUNREAP, do valor estipulado a título de multa.

**APLICAR multa** na quantidade de **50 UPF-PA** prevista no art. 698, IV, "b", do RITCM-PA, pelo não repasse ao INSS da totalidade das contribuições retidas dos contribuintes, no valor de R\$ 18.239,16 (Dezoito mil, duzentos e trinta e nove reais e dezesseis centavos), descumprindo o estabelecido no art. 216, Inciso I, alínea b, do Decreto Federal nº. 3.048/1999, ao(à) Sr(a) Janaina Maria De





Sousa, que deverá ser recolhida ao FUMREAP, instituído pela Lei nº 7.368/2009, de 29/12/2009, no prazo de 30 (trinta) dias, conforme previsão do art. 695, caput, do RI/TCM-PA.

Fica desde já ciente que o não recolhimento da multa no prazo estipulado, ficará o(a) ordenador(a) passível dos acréscimos decorrentes da mora, com base no art. 703, I, II e III, do Regimento Interno, deste Tribunal.

Belém – PA, 25 de Maio de 2023.

#### ACÓRDÃO Nº 42.819

Processo nº 124453.2021.2.000

Jurisdicionado: FUNDO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE DE SÃO DOMINGOS DO ARAGUAIA

Assunto: Contas Anuais de Gestão – Exercício 2021

Relator: Conselheiro Francisco Sérgio Belich de Souza Leão

Instrução: 1ª Controladoria

Procurador(a): Erika Monique Paraense Serra Vasconcellos

Interessado(a): ELIRRAEL BRITO CORDEIRO (Ordenador(a) – 01/01/2021)

**EMENTA:** PRESTAÇÃO DE CONTAS DE GESTÃO. FUNDO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE DE SÃO DOMINGOS DO ARAGUAIA. EXERCÍCIO DE 2021. PELA REGULARIDADE COM RESSALVAS DAS CONTAS. MULTA AO FUMREAP. ALVARÁ DE QUITAÇÃO.

**VISTOS**, relatados e discutidos os autos do Processo Nº 124453.2021.2.000, **ACORDAM**, à unanimidade, os Conselheiros do **PLENO** do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, nos termos do voto do Relator,

**CONSIDERANDO** o disposto no artigo 45, inciso II, da Lei Estadual nº 109/2016.

**DECISÃO: JULGAR REGULAR COM RESSALVA** as contas do(a) Sr(a) Elirrael Brito Cordeiro, relativas ao exercício financeiro de 2021.

Em favor de quem deve ser expedido Alvará de Quitação no valor de R\$ 408.035,90, pelas despesas ordenadas, somente após a comprovação do recolhimento ao Fundo de Reaparelhamento do TCM-PA/FUMREAP, do valor estipulado a título de multa.

**APLICAR multa** na quantidade de **50 UPF-PA** prevista no artigo 698, IV, "b", do RI/TCM/PA, pelo não repasse ao INSS da totalidade das contribuições retidas dos contribuintes, descumprindo o estabelecido no art. 216, Inciso I, alínea "b", do Decreto Federal nº 3.048/1999, ao(a) Sr(a) Elirrael Brito Cordeiro, que deverá ser recolhida ao FUMREAP, instituído pela Lei nº 7.368/2009, de 29/12/2009, no prazo de 30 (trinta) dias, conforme previsão do art. 695, caput, do RI/TCM-PA.

Fica desde já ciente que o não recolhimento da multa no prazo estipulado, ficará o(a) ordenador(a) passível dos acréscimos decorrentes da mora, com base no art. 703, I, II e III, do Regimento Interno, deste Tribunal.

Belém – PA, 25 de Maio de 2023.

#### ACÓRDÃO Nº 42.820

Processo nº 027426.2021.2.000

Jurisdicionado: SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO URBANO DE CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA

Assunto: Contas Anuais de Gestão – Exercício 2021

Relator: Conselheiro Francisco Sérgio Belich de Souza Leão

Instrução: 1ª Controladoria

Procurador(a): Erika Monique Paraense Serra Vasconcellos

Interessado: GENEALDO BARBOSA DE QUEIROZ (Ordenador – 01/01/2021)

**EMENTA:** PRESTAÇÃO DE CONTAS DE GESTÃO. SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO URBANO DE CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA. EXERCÍCIO DE 2021. PELA REGULARIDADE COM RESSALVAS DAS CONTAS. MULTA AO FUMREAP. ALVARÁ DE QUITAÇÃO.

**VISTOS**, relatados e discutidos os autos do Processo Nº 027426.2021.2.000, **ACORDAM**, à unanimidade, os Conselheiros do **PLENO** do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, nos termos do voto do Relator,

**CONSIDERANDO** o disposto no artigo 45, inciso II, da Lei Estadual nº 109/2016.



**DECISÃO: JULGAR REGULAR COM RESSALVA** as contas do(a) Sr(a) Genebaldo Barbosa De Queiroz, relativas ao exercício financeiro de 2021.

Em favor de quem deverá ser expedido o Alvará de Quitação no valor de R\$ 28.512.478,15, correspondente a importância que esteve sob sua responsabilidade naquele exercício financeiro, somente após a comprovação do recolhimento em favor do FUMREAP-TCM-PA, do valor estipulado a título de multa.

**APLICAR multa** na quantidade de **500 UPF-PA** prevista no art. 698, IV, "b", do RITCM-PA, pela incorreta apropriação (empenhamento) e recolhimento das Obrigações Patronais no montante de R\$ 483.822,95 (quatrocentos e oitenta e três mil, oitocentos e vinte e dois reais e noventa e cinco centavos), descumprindo o disposto no art. 195, I, "a", da Constituição Federal; arts. 15, I e 22, I, II, 30, I, "a" e "b", da Lei nº 8.212/91; art. 35 da Lei Federal nº 4.320/64 c/c o art. 50, II da Lei de Responsabilidade Fiscal, ao(a) Sr(a) Genebaldo Barbosa De Queiroz, que deverá ser recolhida ao FUMREAP, instituído pela Lei nº 7.368/2009, de 29/12/2009, no prazo de 30 (trinta) dias, conforme previsão do art. 695, caput, do RI/TCM-PA.

Fica desde já ciente que o não recolhimento da multa no prazo estipulado, ficará o(a) ordenador(a) passível dos acréscimos decorrentes da mora, com base no art. 703, I, II e III, do Regimento Interno, deste Tribunal.

Belém – PA, 25 de Maio de 2023

#### **ACÓRDÃO Nº 42.821**

Processo nº 143017.2021.2.000

Jurisdicionado: SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE DE SAPUCAIA

Assunto: Contas Anuais de Gestão – Exercício 2021

Relator: Conselheiro Francisco Sérgio Belich de Souza Leão

Instrução: 1ª Controladoria

Procurador(a): ELISABETH MASSOUD SALAME DA SILVA

Interessado: ELMAR FIGUEIREDO DA FONSECA (Ordenador – 01/01/2021)

**EMENTA:** PRESTAÇÃO DE CONTAS DE GESTÃO. SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE DE SAPUCAIA. EXERCÍCIO DE 2021. PELA REGULARIDADE

COM RESSALVAS DAS CONTAS. MULTAS AO FUMREAP. ALVARÁ DE QUITAÇÃO.

**VISTOS**, relatados e discutidos os autos do Processo Nº 143017.2021.2.000, **ACORDAM**, à unanimidade, os Conselheiros do **PLENO** do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, nos termos do voto do Relator,

**CONSIDERANDO** o disposto no artigo 45, inciso II, da Lei Estadual nº 109/2016.

**DECISÃO: JULGAR REGULAR COM RESSALVA** as contas do(a) Sr(a) Elmar Figueiredo Da Fonseca, relativas ao exercício financeiro de 2021.

Em favor de quem deve ser expedido o Alvará de Quitação no valor de R\$ 1.516.192,32, somente após a comprovação do recolhimento ao Fundo de Reaparelhamento do TCM-PA/FUNREAP, dos valores estipulados a título de multas.

**APLICAR as multas** abaixo ao(a) Sr(a) Elmar Figueiredo Da Fonseca, que deverão ser recolhidas ao FUMREAP, instituído pela Lei nº 7.368/2009, de 29/12/2009, no prazo de 30 (trinta) dias, conforme previsão do art. 695, caput, do RI/TCM-PA:

1. Multa na quantidade de **100 UPF-PA** prevista no art. 698, IV, "b", do RITCM-PA, pelo não repasse ao INSS da totalidade das contribuições retidas dos contribuintes, no valor de R\$ 24.174,54 (Vinte e quatro mil, cento e setenta e quatro reais e cinquenta e quatro centavos), descumprindo o estabelecido no art. 216, Inciso I, alínea b, do Decreto Federal nº 3.048/1999;

2. Multa na quantidade de **100 UPF-PA** prevista no art. 698, IV, "b", do RITCM-PA, pela incorreta apropriação (empenhamento) e recolhimento das Obrigações Patronais, no montante de R\$ 89.562,83 (oitenta e nove mil quinhentos e sessenta e dois reais e oitenta e três centavos), descumprindo o disposto no art. 35 da Lei Federal 4.320/64 c/c o art. 50, II da Lei de Responsabilidade Fiscal. Fica desde já ciente que o não recolhimento da multa no prazo estipulado, ficará o(a) ordenador(a) passível dos acréscimos decorrentes da mora, com base no art. 703, I, II e III, do Regimento Interno, deste Tribunal.

Belém – PA, 25 de Maio de 2023.

**Protocolo: 40738**



**RESOLUÇÃO****RESOLUÇÃO Nº 16.546**

Processo nº 144001.2017.1.000

Jurisdicionado: PREFEITURA MUNICIPAL DE TRACUATEUA

Assunto: Contas do Chefe do Poder Executivo Municipal – Exercício 2017

Relator: Conselheiro Antonio José Costa de Freitas Guimarães

Instrução: 4ª Controladoria

Procurador(a): MARIA REGINA FRANCO CUNHA

Interessada: TAMARIZ CAVALCANTE E MELLO FILHO (Prefeita)

**EMENTA:** CONTAS ANUAIS DO CHEFE DO PODER EXECUTIVO. MUNICÍPIO DE TRACUATEUA. EXERCÍCIO DE 2017. DEFESA APRESENTADA. FALHAS PARCIALMENTE SANADAS. INFRINGÊNCIA AOS ARTIGOS 19, INCISO III E 20, INCISO III, ALÍNEA "B", DA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL. REMESSA INTEMPESTIVA DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS. PROCESSOS LICITATÓRIOS IRREGULARES. AUSÊNCIA DE LICITAÇÃO. PARECER PRÉVIO CONTRÁRIO À APROVAÇÃO DAS CONTAS. MULTAS. REMESSA AO MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL. NOTIFICAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL DE TRACUATEUA. **VISTOS**, relatados e discutidos os autos do Processo Nº 144001.2017.1.000, **RESOLVEM**, à unanimidade, os Conselheiros do **PLENO** do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, nos termos do voto do Relator,

**CONSIDERANDO** o disposto no artigo 37, inciso III, da Lei Estadual nº 109/2016.

**DECISÃO:** EMITIR PARECER PRÉVIO CONTRÁRIO À APROVAÇÃO as contas do(a) Sr(a) Tamariz Cavalcante E Mello Filho, relativas ao exercício financeiro de 2017.

**APLICAR as multas** abaixo ao(à) Sr(a) Tamariz Cavalcante E Mello Filho, que deverão ser recolhidas ao FUMREAP, instituído pela Lei nº 7.368/2009, de 29/12/2009, no prazo de 30 (trinta) dias, conforme previsão do art. 695, caput, do RI/TCM-PA:

1. Multa na quantidade de **300 UPF-PA** prevista no artigo 700, do RI/TCM/PA, pela remessa intempestiva da Lei de Diretrizes Orçamentárias, descumprindo o artigo 335, inciso II, do Regimento Interno deste Tribunal;

2. Multa na quantidade de **1000 UPF-PA** prevista no artigo 698, inciso IV, alínea "b", do RI/TCM/PA, pelas falhas constatadas em processos licitatórios, infringindo as disposições da legislação vigente e de atos normativos deste Tribunal;

3. Multa na quantidade de **1000 UPF-PA** prevista no artigo 698, inciso I, alínea "b", do RI/TCM/PA, pela ausência de processos licitatórios, violando as disposições da Lei Federal nº 8.666/93.

Fica desde já ciente que o não recolhimento da multa no prazo estipulado, ficará o(a) ordenador(a) passível dos acréscimos decorrentes da mora, com base no art. 703, I, II e III, do Regimento Interno, deste Tribunal.

**DETERMINAR** o exposto a seguir:

1. O não recolhimento das multas aplicadas, no prazo de 30 (trinta) dias, após o trânsito em julgado da presente decisão, resultará nos acréscimos decorrentes da mora, nos termos do artigo 703, incisos I a III, do Regimento Interno deste Tribunal e, ainda, no caso de não atendimento de referidas determinações, serão os autos remetidos à Procuradoria Geral do Estado, objetivando o protesto e execução do título, na forma prevista no artigo 697, §§1º e 2º do citado Regimento.

2. Deverá ser encaminhada cópia dos autos ao Ministério Público Estadual, para as providências cabíveis.

3. Deverá a Secretaria deste TCM, após o trânsito em julgado desta decisão, notificar a Presidência da Câmara Municipal de Tracuateua para que, em 15 (quinze) dias, retire os autos da sede deste Tribunal, para processamento e julgamento do presente Parecer Prévio, no prazo de 90 (noventa) dias, conforme determina o artigo 71, §2º, da Constituição Estadual, informando a esta Corte de Contas o resultado do julgamento.

Em caso de inobservância por parte da Câmara Municipal, ao acima disposto, notadamente quanto a retirada dos autos neste TCM/PA, fica desde já autorizada a Secretaria Geral, observadas as cautelas legais e normativas incidentes, em adotar as providências necessárias de remessa postal da referida documentação.

Sessão Virtual do Pleno do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará.

Belém – PA, 26 de Maio de 2023.



**RESOLUÇÃO Nº 16.547**

Processo nº 013001.2015.1.000

Jurisdicionado: PREFEITURA MUNICIPAL DE BARCARENA

Assunto: Contas do Chefe do Poder Executivo Municipal – Exercício 2015

Relator: Conselheiro Francisco Sérgio Belich de Souza Leão

Instrução: 1ª Controladoria

Procurador(a): ELISABETH MASSOUD SALAME DA SILVA

Interessado: ANTONIO CARLOS VILACA (Ordenador)

**EMENTA:** PRESTAÇÃO DE CONTAS DE CHEFE DO EXECUTIVO MUNICIPAL. PREFEITURA MUNICIPAL DE BARCARENA. EXERCÍCIO DE 2015.**VISTOS**, relatados e discutidos os autos do Processo Nº 013001.2015.1.000, **RESOLVEM**, à unanimidade, os Conselheiros do PLENO do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, nos termos do voto do Relator,**CONSIDERANDO** o disposto no artigo 37, inciso IV, b, da Lei Estadual nº 109/2016.**DECISÃO:** EMITIR PARECER PRÉVIO PELA ILIQUIDEZ as contas do(a) Sr(a) Antonio Carlos Vilaca, Ordenador relativas ao exercício financeiro de 2015.**RECOMENDAR** o exposto a seguir:

1. Após o trânsito em julgado desta decisão, **proceda a Secretaria-Geral com a notificação do Presidente da Câmara Municipal de BARCARENA**, para que, no prazo de 15 (quinze) dias, retire os autos na sede deste Tribunal, para processamento e julgamento do Parecer Prévio, no prazo de 90 (noventa) dias, conforme determina o art. 71 §2º, da Constituição Estadual, informando ao TCM PA o resultado do julgamento, sob pena de envio dos autos ao Ministério Público para apuração do crime de improbidade, por violação do art. 11, II, da Lei nº 8.429/92, sem prejuízo de outras sanções que vier imputar o Tribunal, de natureza pecuniária e de ponto de controle para re-provação de suas contas.

Em caso de inobservância, por parte da Câmara Municipal, ao acima disposto, notadamente quanto a retirada dos autos neste TCM PA, fica desde já autorizada a Secretaria-Geral, observadas as cautelas legais e normativas incidentes, em adotar as providências

necessárias de remessa postal da referida documentação.

Belém – PA, 26 de Maio de 2023.

**RESOLUÇÃO Nº 16.548**

Processo nº 080001.2015.1.000

Jurisdicionado: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO DA BOA VISTA

Assunto: Contas do Chefe do Poder Executivo Municipal – Exercício 2015

Relator: Conselheiro Francisco Sérgio Belich de Souza Leão

Instrução: 1ª Controladoria

Procurador(a): MARIA INEZ KLAUTAU DE MENDONÇA GUEIROS

Interessado: GETULIO BRABO DE SOUZA (Prefeito)

**EMENTA:** PRESTAÇÃO DE CONTAS DE CHEFE DO EXECUTIVO MUNICIPAL. PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO DA BOA VISTA. EXERCÍCIO DE 2015. PARECER PRÉVIO PELA APROVAÇÃO COM RESSALVAS DAS CONTAS. ALVARÁ DE QUITAÇÃO.**VISTOS**, relatados e discutidos os autos do Processo Nº 080001.2015.1.000, **RESOLVEM**, à unanimidade, os Conselheiros do PLENO do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, nos termos do voto do Relator,**CONSIDERANDO** o disposto no artigo 37, inciso II, da Lei Estadual nº 109/2016.**DECISÃO:** EMITIR PARECER PRÉVIO FAVORÁVEL À APROVAÇÃO, COM RESSALVA, as contas do(a) Sr(a) Getulio Brabo De Souza, relativas ao exercício financeiro de 2015.**DETERMINAR** o exposto a seguir:

1. Após o trânsito em julgado desta decisão, proceda a Secretaria-Geral com a notificação do Presidente da Câmara Municipal de São Sebastião da Boa Vista para que, no prazo de 15 (quinze) dias, retire os autos na sede deste Tribunal, para processamento e julgamento do Parecer Prévio, no prazo de 90 (noventa) dias, conforme determina o art. 71 §2º, da Constituição Estadual, informando ao TCM PA o resultado do julgamento, sob pena de envio dos autos ao Ministério Público para apuração do crime de improbidade, por violação do art. 11, II, da Lei nº





8.429/92, sem prejuízo de outras sanções que vier impu-  
tar o Tribunal, de natureza pecuniária e de ponto de con-  
trole para reprovação de suas contas.

Em caso de inobservância, por parte da Câmara  
Municipal, ao acima disposto, notadamente quanto a  
retirada dos autos neste TCM/PA, fica desde já autorizada  
a Secretaria-Geral, observadas as cautelas legais e  
normativas incidentes, em adotar as providências  
necessárias de remessa postal da referida  
documentação.

Belém – PA, 26 de Maio de 2023.

**Protocolo: 40738**

## DO GABINETE DA PRESIDÊNCIA – GP

### PAUTA DE JULGAMENTO

#### CONS. ANTONIO JOSÉ GUIMARÃES

##### PLENÁRIO VIRTUAL (ELETRÔNICO)

##### PLENO PERÍODO DE 26 A 30/06/2023

O Secretário Geral do Tribunal de Contas dos Municípios  
do Estado do Pará comunica aos interessados que o  
Egrégio Plenário desta Corte julgará, na **Sessão do  
Plenário Virtual (Eletrônico)**, a ser realizada no período  
de **26/06/2023 a 30/06/2023**, os seguintes processos:

##### 01) Processo nº 125001.2019.1.000

Responsável: Sr(a). Gilvandro Alves Cordovil do  
Nascimento

Origem: Prefeitura / TERRA ALTA

Assunto: Poder Executivo - Governo - Prestação de  
Contas Anuais do Chefe do Poder Executivo Municipal  
Exercício: 2019

Relator: Conselheiro Antonio José Guimarães

##### 02) Processo nº 103001.2019.1.000

Responsável: Sr(a). Antonio Menezes Nascimento das  
Merces - (01/01/2019 até 31/12/2019)

Origem: Prefeitura Municipal / SAO JOAO DE PIRABAS

Assunto: Poder Executivo - Governo - Prestação de  
Contas Anuais do Chefe do Poder Executivo Municipal  
Exercício: 2019

Relator: Conselheiro Antonio José Guimarães

##### 03) Processo nº 10012012-00

Responsável: Sr(a). FRANCINETI MARIA RODRIGUES  
CARVALHO

Origem: Prefeitura Municipal / Abaetetuba

Assunto: Poder Executivo - Governo - Prestação de  
Contas Anuais do Chefe do Poder Executivo Municipal  
Exercício: 2012

Relator: Conselheiro Sérgio Leão

##### 04) Processo nº 021001.2015.1.000

Responsável: Sr(a). Iracy de Freitas Nunes

Origem: Prefeitura Municipal / CAMETA

Assunto: Poder Executivo - Governo - Prestação de  
Contas Anuais do Chefe do Poder Executivo Municipal  
Exercício: 2015

Relator: Conselheiro Sérgio Leão

##### 05) Processo nº 052001.2015.1.000

Responsável: Sr(a). Ely Marcos Rodrigues Batista

Origem: Prefeitura Municipal / OEIRAS DO PARA

Assunto: Poder Executivo - Governo - Prestação de  
Contas Anuais do Chefe do Poder Executivo Municipal  
Exercício: 2015

Relator: Conselheiro Sérgio Leão

##### 06) Processo nº 057001.2015.1.000

Responsável: Sr(a). Consuelo Maria da Silva Castro

Origem: Prefeitura Municipal / PONTA DE PEDRAS

Assunto: Poder Executivo - Governo - Prestação de  
Contas Anuais do Chefe do Poder Executivo Municipal  
Exercício: 2015

Relator: Conselheiro Sérgio Leão

##### 07) Processo nº 066001.2016.1.000

Responsável: Sr(a). Valentim Lucas de Oliveira

Origem: Prefeitura Municipal / SALVATERRA

Assunto: Poder Executivo - Governo - Prestação de  
Contas Anuais do Chefe do Poder Executivo Municipal  
Exercício: 2016

Relator: Conselheiro Sérgio Leão

##### 08) Processo nº 082001.2015.1.000

Responsável: Sr(a). João Luiz Oliveira Souza Melo

Origem: Prefeitura Municipal / SOURE



Assunto: Poder Executivo - Governo - Prestação de Contas Anuais do Chefe do Poder Executivo Municipal  
Exercício: 2015

Relator: Conselheiro Sérgio Leão

**09) Processo nº 650012003-00**

Responsável: Sr(a). Raimundo Paulo dos Santos Gomes  
Origem: Prefeitura Municipal / Salinópolis  
Assunto: Poder Executivo - Governo - Prestação de Contas Anuais do Chefe do Poder Executivo Municipal  
Exercício: 2003  
Relator: Conselheiro Substituto Alexandre Cunha  
Advogado/Contador: Contador: Sr(a). José Maria Moreira Campos CRC 6175-PA

**10) Processo nº 053002.2018.2.000**

Responsável: Sr(a). Antônio Odinelio Tavares da Silva Júnior  
Origem: Câmara Municipal / ORIXIMINA  
Assunto: Prestação de Contas das Demais Unidades Gestoras - Contas Anuais de Gestão  
Exercício: 2018  
Relator: Conselheiro José Carlos Araújo  
Advogado/Contador: Sr(a). Aurismar Oliveira Da Silva (Contador)

**11) Processo nº 013002.2016.2.000**

Responsável: Sr(a). Wandson Moacir Correa de Oliveira  
Origem: Câmara Municipal / BARCARENA  
Assunto: Prestação de Contas das Demais Unidades Gestoras - Contas Anuais de Gestão  
Exercício: 2016  
Relator: Conselheiro Sérgio Leão

**12) Processo nº 005414.2018.2.000**

Responsável: Sr(a). CELINA ROBERTA MONTEIRO BAIMA  
Origem: Fundo Municipal de Educação / ALMEIRIM  
Assunto: Prestação de Contas das Demais Unidades Gestoras - Contas Anuais de Gestão  
Exercício: 2018  
Relator: Conselheiro José Carlos Araújo  
Advogado/Contador: Sr(a). RAIMUNDO RAFIC SALOMAO (Contador - 01/01/2018 até 31/12/2018)

**13) Processo nº 118033.2019.2.000**

Responsável: Sr(a). JULIANA ROSA BERTOL DA SILVA  
Origem: FUNDEB / NOVO PROGRESSO  
Assunto: Prestação de Contas das Demais Unidades Gestoras - Contas Anuais de Gestão  
Exercício: 2019  
Relator: Conselheiro José Carlos Araújo

**14) Processo nº 014005.2019.2.000**

Responsável: Sr(a). MARIA LUCILENE REBELO PINHO  
Origem: GABINETE DO PREFEITO / BELEM  
Assunto: Prestação de Contas das Demais Unidades Gestoras - Contas Anuais de Gestão  
Exercício: 2019  
Relator: Conselheiro José Carlos Araújo

**15) Processo nº 095345.2020.2.000**

Responsável: Sr(a). Danilo Lopes da Silva  
Origem: Secretaria Municipal de Saúde/Fundo de Saúde / MEDICILANDIA  
Assunto: Prestação de Contas das Demais Unidades Gestoras - Contas Anuais de Gestão  
Exercício: 2020  
Relator: Conselheiro José Carlos Araújo  
Advogado/Contador: Contador: Sr(a). Ivonaldo da Silva Carvalho

**16) Processo nº 176004.2019.2.000**

Responsável: Sr(a). ANTONIO JUVENAL ARRUDA OLIVEIRA  
Origem: SEC. MUN. DE EDUCACAO-SEMED / MOJUI DOS CAMPOS  
Assunto: Prestação de Contas das Demais Unidades Gestoras - Contas Anuais de Gestão  
Exercício: 2019  
Relator: Conselheiro José Carlos Araújo  
Advogado/Contador: Sr(a). ROOSEVELT JOSE DA SILVA SOUSA (Contador - 01/01/2019 até 31/12/2019)

**17) Processo nº 018338.2021.2.000**

Responsável: Sr(a). Joselice Carames de Melo  
Origem: Fundo Municipal de Assistência Social / BREVES



Assunto: Prestação de Contas das Demais Unidades Gestoras - Contas Anuais de Gestão

Exercício: 2021

Relator: Conselheiro Cezar Colares

Advogado/Contador: Sr(a). Fabio Pantoja de Souza e Sr(a). Paulo Sergio Fadul Neves

**18) Processo nº 018317.2021.2.000**

Responsável: Sr(a). Manuelle Espindola dos Reis

Origem: Fundo Municipal de Educação / BREVES

Assunto: Prestação de Contas das Demais Unidades Gestoras - Contas Anuais de Gestão

Exercício: 2021

Relator: Conselheiro Cezar Colares

Advogado/Contador: Sr(a). Fabio Pantoja de Souza e Sr(a). Paulo Sergio Fadul Neves

**19) Processo nº 049228.2022.2.000**

Responsável: Sr(a). Luiz Antonio Barbosa Tavares

Origem: Fundo Municipal de Meio Ambiente / MUANA

Assunto: Prestação de Contas das Demais Unidades Gestoras - Contas Anuais de Gestão

Exercício: 2022

Relator: Conselheiro Cezar Colares

Advogado/Contador: Sr(a). Jose Airton Silva

**20) Processo nº 054233.2018.2.000**

Responsável: Sr(a). Maria Elizabete Aguiar Coelho

Origem: Fundo Municipal de Assistência Social / OUREM

Assunto: Prestação de Contas das Demais Unidades Gestoras - Contas Anuais de Gestão

Exercício: 2018

Relator: Conselheiro Cezar Colares

Advogado/Contador: Sr(a). Maria de Lourdes Carvalho O'Brien

**21) Processo nº 057217.2022.2.000**

Responsável: Sr(a). Mirian Lobato Junior

Origem: Fundo Municipal de Educação / PONTA DE PEDRAS

Assunto: Prestação de Contas das Demais Unidades Gestoras - Contas Anuais de Gestão

Exercício: 2022

Relator: Conselheiro Cezar Colares

Advogado/Contador: Sr(a). Ibram dos Santos Novaes

**22) Processo nº 084444.2018.2.000**

Responsável: Sr(a). Maria da Conceicao Pereira Bugarim (01/01 a 14/06/2018) e Sr(a). Wanessa Zavarese Sechim (15/06 a 31/12/2018)

Origem: Fundo Municipal de Educação / TUCURUI

Assunto: Prestação de Contas das Demais Unidades Gestoras - Contas Anuais de Gestão

Exercício: 2018

Relator: Conselheiro Cezar Colares

Advogado/Contador: Sr(a). Francisco Feitosa Fernandes

**23) Processo nº 028212.2021.2.000**

Responsável: Sr(a). Jerry de Miranda Romero

Origem: Instituto de Previdência dos Servidores Municipais / CURRALINHO

Assunto: Prestação de Contas das Demais Unidades Gestoras - Contas Anuais de Gestão

Exercício: 2021

Relator: Conselheiro Cezar Colares

Advogado/Contador: Sr(a). Guilherme Augusto da Silva

**24) Processo nº 028228.2022.2.000**

Responsável: Sr(a). Esmael Lopes dos Santos

Origem: Secretaria Municipal de Meio Ambiente / CURRALINHO

Assunto: Prestação de Contas das Demais Unidades Gestoras - Contas Anuais de Gestão

Exercício: 2022

Relator: Conselheiro Cezar Colares

Advogado/Contador: Sr(a). Guilherme Augusto da Silva

**25) Processo nº 033420.2021.2.000**

Responsável: Sr(a). Josival Moraes Quaresma

Origem: Sistema Municipal de Cultura / IGARAPE\_MIRI

Assunto: Prestação de Contas das Demais Unidades Gestoras - Contas Anuais de Gestão

Exercício: 2021

Relator: Conselheiro Cezar Colares

Advogado/Contador: Sr(a). Fabio Pantoja de Souza



**26) Processo nº 036003.2021.2.000**

Responsável: Sr(a). Adriano de Aguiar Coutinho (01/01 a 04/01) e Sr(a). Iamax Prado Custodio (05/01 a 31/12/21)  
Origem: Fundo Municipal de Saúde / ITAITUBA  
Assunto: Prestação de Contas das Demais Unidades Gestoras - Contas Anuais de Gestão - SPE  
Exercício: 2021  
Relator: Conselheiro Antonio José Guimarães

**27) Processo nº 201400092-00**

Responsável: Sr(a). Evandilson Freitas de Andrade – Secretário  
Origem: Secretaria Municipal de Urbanismo - SEURB / Belem  
Assunto: Prestação de Contas das Demais Unidades Gestoras - Contas Anuais de Gestão  
Exercício: 2001  
Relator: Conselheiro Lúcio Vale  
Advogado/Contador: Sr(a). Kamilla Freitas Carneiro Oliveira da Silva – OAB/PA 12.779

**28) Processo nº 1053342013-00**

Responsável: Sr(a). Eleido Virgulino da Silva e Maria da Conceição Rocha Leão  
Origem: FUNDEB / Tucuma  
Assunto: Prestação de Contas das Demais Unidades Gestoras - Contas Anuais de Gestão  
Exercício: 2013  
Relator: Conselheiro Substituto Alexandre Cunha  
Advogado/Contador: Contador: Sr(a). Michel Alves Pereira (CRC/PA 015593)

**29) Processo nº 1.176010.2017.2.0001**

Responsável: Sr(a). Adelaine Silva Frota  
Origem: Fundo Municipal de Saúde / MOJUI DOS CAMPOS  
Assunto: Recursos de Julgamento - Recurso Ordinário - Face Acórdão Nº 35.835/2020.  
Exercício: 2017  
Relator: Conselheiro Cezar Colares  
Advogado/Contador: Sr(a). Danilo Couto Marques OAB/PA 23.405

**30) Processo nº 1.041001.2015.2.0002**

Responsável: Sr(a). Rainmundo Faro Bittencourt  
Origem: Prefeitura Municipal / MAGALHAES BARATA  
Assunto: Recursos de Julgamento - Recurso ordinário contra a decisão objeto da Resolução 15.911/2021/TCM-PA  
Exercício: 2015  
Relator: Conselheiro Antonio José Guimarães

**31) Processo nº 1120012006-00**

Responsável: Sr(a). Vilmar Farias Valim  
Origem: Prefeitura Municipal / Cumaru do Norte  
Assunto: Recursos de Julgamento  
Exercício: 2006  
Relator: Conselheiro Lúcio Vale  
Advogado/Contador: Sr(a). Sérgio Luiz Santana (OAB/PA 10.102)

**32) Processo nº 201801773-00**

Responsável: Getúlio Brabo de Souza  
Origem: Prefeitura Municipal / Sao Sebastiao da Boa Vista  
Assunto: Recursos de Julgamento - Contas Anuais de Gestão  
Exercício: 2011  
Relator: Conselheiro Lúcio Vale  
Advogado/Contador: Sr(a). João Luis Brasil Batista Rolim de Castro OAB nº 14.045

**33) Processo nº 1.013430.2018.2.0001**

Responsável: Sr(a). Affonso Henriques da Silva Filho  
Origem: Agência Reguladora de Serviços Públicos de Barcarena / BARCARENA  
Assunto: Pedidos de Revisão de Julgamento - Pedido de Revisão contra Acórdão 38.076/2021  
Exercício: 2018  
Relator: Conselheiro Cezar Colares  
Advogado/Contador: Sr(a). Bruno Fernando Paes de Lima e Sr(a). Rômulo Augusto Corrêa Gomes

**34) Processo nº 086217.2018.2.000**

Responsável: Sr(a). Lazaro Gledson Dias Costa  
Origem: Fundo Municipal de Assistência Social / VISEU





Assunto: Pedidos de Reabertura de Instrução Processual  
- Pedido de Reabertura de Instrução

Exercício: 2018

Relator: Conselheiro Antonio José Guimarães

Secretaria Geral do Tribunal de Contas dos Municípios do  
Estado do Pará, em 20/06/2023.

**JORGE ANTONIO CAJANGO PEREIRA**

Secretário-Geral

Protocolo: 40739

## DO GABINETE DA VICE-PRESIDENTE

### ADMISSIBILIDADE

### CONS. LÚCIO VALE

#### DECISÃO MONOCRÁTICA DA VICE-PRESIDÊNCIA (JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE DE RECURSO ORDINÁRIO)

Processo nº: 1.106266.2017.2.0002

Classe: Recurso Ordinário

Procedência: FUNDEB de Uruará

Responsável: Silvana Batista Vieira

Decisão Recorrida: Acórdão nº 40.316

**Assunto:** Prestação de Contas de Gestão **Exercício:** 2017  
Tratam os autos de **Recurso Ordinário**, interposto pela  
Sra. **SILVANA BATISTA VIEIRA**, responsável legal pelas  
contas de gestão do **FUNDEB DE URUARÁ**, exercício fi-  
nanceiro de **2017**, com arrimo no **art. 81, caput, da LC nº**  
**109/2016 c/c art. 604 e seguintes, do RITCM-PA (Ato**  
**23)**, contra a decisão contida no **Acórdão nº 40.316**, sob  
relatoria do Exmo. Conselheiro **José Carlos Araújo**, do  
qual se extrai:

#### ACÓRDÃO Nº 40.316

**Processo nº 106266.2017.2.000**

**Jurisditionado:** FUNDEB DE URUARÁ

**Assunto:** Contas Anuais de Gestão - Exercício 2017

Relator: Conselheiro José Carlos Araújo Instrução: 7ª  
Controladoria

**Procurador(a):** MARIA REGINA FRANCO CUNHA

**Interessados:** SILVANA BATISTA VIEIRA  
(Ordenadora - 01/01/2017 até 31/12/2017) E JOSÉ  
NAZARENO DE ARAÚJO JUNIOR (Contador)

**EMENTA:** PRESTAÇÃO DE CONTAS DE GESTÃO.  
FUNDEB DE URUARÁ. EXERCÍCIO DE 2017. CONTAS  
IRREGULARES. IMPUTAÇÃO DE DÉBITO. APLICAÇÃO  
DE MULTAS. CIENTIFICAR QUE O NÃO  
RECOLHIMENTO DA MULTA NO PRAZO ESTIPULADO  
FICARÁ PASSÍVEL DE ACRÉSCIMOS DECORRENTES DA  
MORA COM BASE NO ART. 703, I, II E III DO RITCM-PA.  
CÓPIA DOS AUTOS AO MPE.

VISTOS, relatados e discutidos os autos do Processo  
Nº 106266.2017.2.000, ACORDAM, à unanimidade, os  
Conselheiros do PLENO do Tribunal de Contas dos  
Municípios do Estado do Pará, nos termos do voto do  
Relator, CONSIDERANDO o disposto no artigo 45,  
inciso III, c, da Lei Estadual nº 109/2016.

**DECISÃO:** JULGAR IRREGULARES as contas do(a) Sr(a)  
Silvana Batista Vieira, relativas ao exercício financeiro  
de 2017.

IMPUTAR débito de R\$ 96.155,69, ao(à) Sr(a) Silvana  
Batista Vieira, que deverá ser atualizado  
monetariamente a partir do primeiro dia do exercício  
financeiro subsequente ao do processo ora analisado,  
segundo os índices e condições estabelecidos na  
legislação local, que deverá ser recolhido ao ERÁRIO  
no prazo de 60 (sessenta) dias com base no art. 706,  
§5º, do RI/TCM-PA. APLICAR as multas abaixo ao(à)  
Sr(a) Silvana Batista Vieira, que deverão ser recolhidas  
ao FUMREAP, instituído pela Lei nº 7.368/2009, de  
29/12/2009, no prazo de 30 (trinta) dias, conforme  
previsão do art. 695, caput, do RI/TCM-PA:

**1. Multa na quantidade de 400 UPF-PA prevista no  
Artigo 72 da Lei Complementar 109/16 inciso(s) II, X,  
pelas transgressões jurídicas nos Processos Licitató-  
rios e Contratos (R\$ 2.090.266,20), inobservando as  
disposições da Lei de Licitações e Resolução/TCM-PA  
nº 11.535/2014;**

**2. Multa na quantidade de 300 UPF-PA prevista no  
Artigo 72 da Lei Complementar 109/16 inciso(s) X,  
pela ausência dos extratos bancários e conciliações da  
Conta 7379-2 (Corrente e Aplicação) Banco do Brasil,  
Ag. 3410-X (dezembro/2016, janeiro/2017, dezem-  
bro/2017 e janeiro/2018), nos termos do art. 698, III,  
a, do RITCM/PA;**

**3. Multa na quantidade de 300 UPF-PA prevista no  
Artigo 72 da Lei Complementar 109/16 inciso(s) X,  
pela ausência dos atos de admissão de pessoal tem-  
porário, nos termos do art. 698, inciso III, alínea a do  
Regimento Interno do Tribunal.**



Fica desde já ciente que o não recolhimento da multa no prazo estipulado, ficará o(a) ordenador(a) passível dos acréscimos decorrentes da mora, com base no art. 703, I, II e III, do Regimento Interno, deste Tribunal.

**ENCAMINHAR**, por fim, o seguinte: Ao Ministério Público do Estado:

1. *Remessa de cópias ao Ministério Público Estadual.* Sessão Virtual do Pleno do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará.

Belém - PA, 6 de abril de 2022.

Os autos recursais foram autuados neste TCM-PA em **10/04/2023**, e encaminhados à Diretoria Jurídica, para manifestação quanto à admissibilidade do Recurso Ordinário na mesma data, como consta nos autos.

Nos termos do **inciso II do art. 16, da LC nº 109/2016<sup>1</sup>**, com a redação estabelecida na forma da LC nº 156/2022, recai a competência ao Vice-Presidente do Tribunal, para fixar o juízo monocrático de admissibilidade dos recursos ordinários interpostos em desfavor das decisões colegiadas.

**É o breve relatório, pelo que passo a apreciação de admissibilidade, conforme regramento contido na Lei Orgânica e no Regimento Interno do TCM-PA, o que o faço nos seguintes termos:**

1. **DA LEGITIMIDADE:**

Os legitimados para interpor Recurso Ordinário, em face de decisão proferida pelo Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, encontram-se destacados no rol consignado pelo **§2º, do art. 79, da LC nº 109/2016<sup>2</sup>**.

No caso em tela, verifica-se que a **Recorrente**, ordenadora responsável pelas contas do **FUNDEB DE URUARÁ**, durante o exercício financeiro de 2017, foi alcançada pela decisão constante no **Acórdão nº 40.316**, estando, portanto, amparada, pelo dispositivo legal transcrito, para interpor o presente **Recurso Ordinário**.

2. **DA TEMPESTIVIDADE E CABIMENTO:**

Dispõe o **§1º, do art. 81, da LC nº 109/2016<sup>3</sup> c/c art. 604, §1º, do RITCM-PA<sup>4</sup> (Ato 23)**, que o **Recurso Ordinário** poderá ser interposto uma só vez, por escrito, dentro do prazo de 30 (trinta) dias, contados da ciência da decisão. A partir da análise do dispositivo legal transcrito acima, constata-se que a decisão guerreada fora devidamente disponibilizada no **D.O.E do TCM-PA Nº 1.435**, de **12/03/2023**, e publicada no dia **13/03/2023**, sendo interposto, o presente recurso, em **10/04/2023**.

Portanto, o presente **Recurso Ordinário**, encontra-se dentro do prazo legal de 30 (trinta) dias, nos termos do parágrafo único, do **art. 69, inciso V, da LC nº 109/2016<sup>5</sup> c/c art. 586,**

**caput, do RITCM-PA<sup>6</sup> (Ato 23)**, no que consigno, portanto, sua **tempestividade**.

Quanto ao cabimento do apelo, constata-se que o mesmo encontra amparo legal no **“caput”, do art. 81, da LC nº 109/2016**, razão pela qual, desde que preenchidos os pressupostos legais de admissibilidade, do presente Recurso Ordinário, cabe sua admissibilidade e apreciação nos efeitos devolutivo e suspensivo, a teor do previsto no **§2º**, do citado dispositivo legal, bem como nos termos do **inciso I, do art. 585, do RITCM-PA<sup>7</sup> (Ato 23)**.

3. **DA CONCLUSÃO:**

Por todo exposto, **ADMITO** o presente **RECURSO ORDINÁRIO**, em seu duplo efeito – **devolutivo e suspensivo** – nos termos do **inciso II, do art. 16 c/c §2º, do art. 81, da LC nº 109/2016**, exclusivamente, quanto à matéria recorrida, consignada junto ao **Acórdão nº 40.316**.

Determino, assim, a remessa dos presentes autos, à **Secretaria-Geral**, para a competente publicação desta decisão, junto ao Diário Oficial Eletrônico do TCM-PA, na forma legal e regimental, procedendo, ato contínuo, com sua regular distribuição, em tudo observado o previsto pelo **§3º, do art. 81, da LC nº 109/2016<sup>8</sup>**.

**Belém-PA, em 05 de junho de 2023.**

**LÚCIO VALE**

Conselheiro/Vice-Presidente do TCM-PA

<sup>1</sup> **Art. 16.** Compete ao Vice-Presidente, além de outras atribuições previstas no Regimento Interno:

II - exercer juízo monocrático de admissibilidade de recurso ordinário, na forma regimental;

<sup>2</sup> **Art. 79.** Das decisões do Tribunal cabem os seguintes recursos:

I - Recurso Ordinário;

**§2º.** Possuem legitimidade, para interposição dos recursos previstos neste artigo, os responsáveis, os interessados e o Ministério Público de Contas dos Municípios do Estado do Pará.

<sup>3</sup> **Art. 81.** Cabe recurso ordinário para anulação, reforma parcial ou total das decisões do Tribunal Pleno ou das Câmaras.

**§2º.** O recurso ordinário será recebido nos efeitos suspensivo e devolutivo, quanto à matéria recorrida, salvo se interposto contra decisão em processo relativo à aposentadoria, reforma ou pensão, bem como, contra determinação de medidas cautelares, hipóteses em que será recebido apenas no efeito devolutivo

<sup>4</sup> **Art. 604.** Cabe recurso ordinário das decisões proferidas pelo Tribunal Pleno e Câmara Especial, com efeito suspensivo do cumprimento do Acórdão ou Resolução recorridos e, interruptivo dos demais prazos recursais, objetivando a anulação, reforma parcial ou total destas, destacadamente, vinculadas à:



§1º. O recurso ordinário será interposto por escrito, uma única vez, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da publicação da decisão no Diário Oficial Eletrônico do TCM/PA, dirigido ao Presidente, que determinará o seu processamento, se atendidos os pressupostos de admissibilidade.

5 Art. 69. Os prazos referidos nesta Lei, contam-se a partir da data:

V - Correspondente ao primeiro dia útil seguinte, à data de publicação, quando a intimação se der pelo Diário Oficial do Estado ou Diário Eletrônico do TCM/PA;

6 Art. 586. O prazo para interposição dos recursos será computado a partir do primeiro dia útil subsequente da data em que as partes são intimadas da decisão, através da publicação do Acórdão ou Resolução, no Diário Oficial Eletrônico do TCM/PA.

7 Art. 585. Os recursos serão recebidos:

I - em ambos os efeitos, quando se tratar de recurso ordinário, salvo se interposto contra decisão em processo relativo à aposentadoria, reforma ou pensão, bem como, contra determinação de medidas cautelares, hipóteses em que será recebido apenas no efeito devolutivo;

8 Art. 81. Cabe recurso ordinário para anulação, reforma parcial ou total das decisões do Tribunal Pleno ou das Câmaras.

§3º. O recurso ordinário será apreciado pelo Tribunal Pleno e sua distribuição não poderá recair sob o Relator da decisão recorrida.

#### DECISÃO MONOCRÁTICA DA VICE-PRESIDÊNCIA (JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE DE RECURSO ORDINÁRIO)

Processo: 1.144001.2020.1.0010

Classe: Recurso Ordinário

Procedência: Prefeitura Municipal de Tracuateua Responsável: Tamariz Cavalcante e Mello Filho

Advogado(a): Kamila Conceição Barbosa Silva (OAB/PA 26.355) e Fábio Rogério de Oliveira (OAB/PA 25.159)

Decisão Recorrida: Resolução nº 16.370

Assunto: Contas do Chefe do Poder Executivo Municipal Exercício: 2020

Tratam os autos de **Recurso Ordinário** interposto pela Sra. **TAMARIZ CAVALCANTE E MELLO FILHO**, responsável legal pelas Contas do Chefe do Poder Executivo da **PREFEITURA MUNICIPAL DE TRACUATEUA**, exercício financeiro de 2020, com arrimo no art. 81, caput, da LC nº 109/2016 c/c art. 604 e seguintes, do RITCM-PA (Ato 23), contra a decisão contida na **Resolução nº 16.370, de 16/02/2023**, sob relatoria do Exmo. Conselheiro Antônio José Costa de Freitas Guimarães, do qual se extrai:

#### RESOLUÇÃO Nº 16.370

Processo nº 144001.2020.1.000

Jurisdicionado: PREFEITURA MUNICIPAL DE TRACUATEUA

Assunto: Contas do Chefe do Poder Executivo Municipal - Exercício 2020

**Relator:** Conselheiro Antonio José Costa de Freitas Guimarães Instrução: 4ª Controladoria

**Procurador(a):** MARIA INEZ KLAUTAU DE MENDONÇA GUEIROS

**Interessada:** TAMARIZ CAVALCANTE E MELLO FILHO (Prefeita)

**EMENTA:** PRESTAÇÃO DE CONTAS DE CHEFE DO EXECUTIVO MUNICIPAL. PREFEITURA MUNICIPAL DE TRACUATEUA. EXERCÍCIO DE 2020. DEFESA APRESENTADA. FALHAS GRAVES NÃO SANADAS. PARECER PRÉVIO CONTRÁRIO À APROVAÇÃO DAS CONTAS. NOTIFICAÇÃO À CÂMARA. REMESSA AO MPE.

**VISTOS**, relatados e discutidos os autos do Processo Nº 144001.2020.1.000, **RESOLVEM**, à unanimidade, os Conselheiros do PLENO do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, nos termos do voto do Relator,

**CONSIDERANDO** o disposto no artigo 37, inciso III, da Lei Estadual nº 109/2016.

**DECISÃO: EMITIR PARECER PRÉVIO CONTRÁRIO À APROVAÇÃO** as contas do(a) Sr(a) Tamariz Cavalcante E Mello Filho, relativas ao exercício financeiro de 2020.

**APLICAR multa** na quantidade de 300 UPF-PA prevista no Art. 698, inciso IV, alínea "b", do RI/TCM/PA, pela não inserção no mural de licitações dos contratos decorrentes do Pregão Presencial/SRP nº 003/2020 e Pregão Presencial/SRP nº 006/2020, descumprindo o disposto nas Resoluções nºs 11.535/2014, 11.832/2015, 29/2017 e 43/2017/TCM/PA, ao(a) Sr(a) Tamariz Cavalcante E Mello Filho, que deverá ser recolhida ao FUMREAP, instituído pela Lei nº 7.368/2009, de 29/12/2009, no prazo de 30 (trinta) dias, conforme previsão do art. 695, caput, do RI/TCM-PA.

Fica desde já ciente que o não recolhimento da multa no prazo estipulado, ficará o(a) ordenador(a) passível dos acréscimos decorrentes da mora, com base no art. 703, I, II e III, do Regimento Interno, deste Tribunal.

**DETERMINAR** o exposto a seguir:

1. Cópia dos autos deverá ser encaminhada ao Ministério Público Estadual para as providências que entender cabíveis.

2. Deverá a Secretaria do TCM/PA, após o trânsito em julgado desta decisão, notificar a Presidência da Câmara Municipal de Tracuateua, para realizar o processamento e julgamento do presente Parecer Prévio,



no prazo de noventa (90) dias, conforme determina o artigo 71,

§2º da Constituição Estadual, informando a esta Corte de Contas, o resultado do julgamento.

Sessão Virtual do Pleno do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará.

Belém - PA, 16 de fevereiro de 2023.

Os autos recursais foram autuados neste TCM-PA, em **04/05/2023**, e encaminhados à Diretoria Jurídica, para manifestação quanto à admissibilidade do Recurso Ordinário em **04/05/2023**.

Nos termos do inciso II do art. 16, da LC nº 109/2016<sup>1</sup>, com a redação estabelecida na forma da LC nº 156/2022, recai a competência ao Vice-Presidente do Tribunal, para fixar o juízo monocrático de admissibilidade dos recursos ordinários interpostos em desfavor das decisões colegiadas.

**É o breve relatório, pelo que passo a apreciação de admissibilidade, conforme regramento contido na Lei Orgânica e no Regimento Interno do TCM-PA, o que o faço nos seguintes termos:**

**1. DA LEGITIMIDADE:**

Os legitimados para interpor Recurso Ordinário, em face de decisão proferida pelo Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, encontram-se destacados no rol consignado pelo §2º, do art. 79, da LC nº 109/2016<sup>2</sup>.

No caso em tela, verifica-se que a **Recorrente**, ordenadora responsável pelas contas do Chefe do Poder Executivo da **PREFEITURA MUNICIPAL DE TRACUATEUA**, durante o exercício financeiro de **2020**, foi alcançado pela decisão constante na **Resolução nº 16.370, de 16/02/2023**, estando, portanto, amparada, pelo dispositivo legal transcrito, para interpor o presente **Recurso Ordinário**.

**2. DA TEMPESTIVIDADE E CABIMENTO:**

Dispõe o §1º, do art. 81, da LC nº 109/2016<sup>3</sup> c/c art. 604, §1º, do RITCM-PA<sup>4</sup> (Ato 23), que o **Recurso Ordinário** poderá ser interposto uma só vez, por escrito, dentro do prazo de 30 (trinta) dias, contados da ciência da decisão. A partir da análise do dispositivo legal transcrito acima, constata-se que a decisão guerreada fora devidamente disponibilizada no **D.O.E do TCM-PA Nº 1452**, de **05/04/2023**, e publicada no dia **06/04/2023**, sendo interposto, o presente recurso, em **04/05/2023**.

Portanto, o presente **Recurso Ordinário**, encontra-se dentro do prazo legal de 30 (trinta) dias, nos termos do parágrafo único, do art. 69, inciso V, da LC nº 109/2016<sup>5</sup>

c/c art. 586, **caput**, do RITCM-PA<sup>6</sup> (Ato 23), no que consigno, portanto, sua **tempestividade**.

Quanto ao cabimento do apelo, constata-se que o mesmo encontra amparo legal no “**caput**”, do art. 81, da LC nº 109/2016, razão pela qual, desde que preenchidos os pressupostos legais de admissibilidade, do presente Recurso Ordinário, cabe sua admissibilidade e apreciação nos efeitos devolutivo e suspensivo, a teor do previsto no §2º, do citado dispositivo legal, bem como nos termos do inciso I, do art. 585, do RITCM-PA<sup>7</sup> (Ato 23).

**3. DA CONCLUSÃO DECISÓRIA:**

Por todo exposto, **ADMITO** o presente **RECURSO ORDINÁRIO**, em seu duplo efeito – **devolutivo e suspensivo** – nos termos do inciso II, do art. 16 c/c §2º, do art. 81, da LC nº 109/2016, exclusivamente, quanto à matéria recorrida, consignada junto a **Resolução nº 16.370, de 16/02/2023**.

Determino, assim, a remessa dos presentes autos, à Secretaria-Geral, para a competente publicação desta decisão, junto ao Diário Oficial Eletrônico do TCM-PA, na forma legal e regimental, procedendo, ato contínuo, com sua regular distribuição, em tudo observado o previsto pelo §3º, do art. 81, da LC nº 109/2016

Belém-PA, 05 de junho de 2023.

**LÚCIO VALE**

Conselheiro/Vice-Presidente do TCM-PA

<sup>1</sup> Art. 16. Compete ao Vice-Presidente, além de outras atribuições previstas no Regimento Interno:

(...)

II - exercer juízo monocrático de admissibilidade de recurso ordinário, na forma regimental;

<sup>2</sup> Art. 79. Das decisões do Tribunal cabem os seguintes recursos:

I - Recurso Ordinário;

§2º. Possuem legitimidade, para interposição dos recursos previstos neste artigo, os responsáveis, os interessados e o Ministério Público de Contas dos Municípios do Estado do Pará.

<sup>3</sup> Art. 81. Cabe recurso ordinário para anulação, reforma parcial ou total das decisões do Tribunal Pleno ou das Câmaras.

§2º. O recurso ordinário será recebido nos efeitos suspensivo e devolutivo, quanto à matéria recorrida, salvo se interposto contra decisão em processo relativo à aposentadoria, reforma ou pensão, bem como, contra determinação de medidas cautelares, hipóteses em que será recebido apenas no efeito devolutivo





<sup>4</sup> **Art. 604.** Cabe recurso ordinário das decisões proferidas pelo Tribunal Pleno e Câmara Especial, com efeito suspensivo do cumprimento do Acórdão ou Resolução recorridos e, interruptivo dos demais prazos recursais, objetivando a anulação, reforma parcial ou total destas, destacadamente, vinculadas à:

**§1º.** O recurso ordinário será interposto por escrito, uma única vez, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da publicação da decisão no Diário Oficial Eletrônico do TCM-PA, dirigido ao Presidente, que determinará o seu processamento, se atendidos os pressupostos de admissibilidade.

<sup>5</sup> **Art. 69.** Os prazos referidos nesta Lei, contam-se a partir da data:

**V -** Correspondente ao primeiro dia útil seguinte, à data de publicação, quando a intimação se der pelo Diário Oficial do Estado ou Diário Eletrônico do TCM-PA;

<sup>6</sup> **Art. 586.** O prazo para interposição dos recursos será computado a partir do primeiro dia útil subsequente da data em que as partes são intimadas da decisão, através da publicação do Acórdão ou Resolução, no Diário Oficial Eletrônico do TCM-PA.

<sup>7</sup> **Art. 585.** Os recursos serão recebidos:

**I -** em ambos os efeitos, quando se tratar de recurso ordinário, salvo se interposto contra decisão em processo relativo à aposentadoria, reforma ou pensão, bem como, contra determinação de medidas cautelares, hipóteses em que será recebido apenas no efeito devolutivo;

#### DECISÃO MONOCRÁTICA DA VICE-PRESIDÊNCIA (JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE DE RECURSO ORDINÁRIO)

**Processo nº:** 1.144201.2018.2.0001

**Classe:** Recurso Ordinário

**Procedência:** Fundo Municipal de Valorização do Magistério

**Município:** Tracuateua

**Responsável:** Cilene do Socorro Andrade Lima

**Decisão Recorrida:** Acórdão nº 39.812

**Assunto:** Contas Anuais de Gestão

**Exercício:** 2018

Tratam os autos de **Recurso Ordinário**, interposto pela Sra. **CILENE DO SOCORRO ANDRADE LIMA**, responsável legal pelas contas anuais de gestão do **FUNDO MUNICIPAL DE VALORIZAÇÃO DO MAGISTÉRIO DE TRACUATEUA**, exercício financeiro de **2018**, com arrimo no **art. 81, caput, da LC n.º 109/2016 c/c art. 604 e seguintes, do RITCM-PA (Ato 23)**, contra a decisão contida no **Acórdão**

**n.º 39.812**, sob relatoria do Exmo. Conselheiro **Antônio José Costa de Freitas Guimarães**, do qual se extrai:

#### **ACÓRDÃO Nº 39.812**

**Processo nº 144204.2018.2.000**

**Jurisdicionado:** FUNDO MUN. DE VALORIZAÇÃO DO MAGISTÉRIO DE TRACUATEUA

**Assunto:** Contas Anuais de Gestão – Exercício 2018

**Relator:** Conselheiro Antonio José Costa de Freitas Guimarães Instrução: 4ª Controladoria

**Procurador(a):** ELISABETH MASSOUD SALAME DA SILVA

**Interessada:** CILENE DO SOCORRO ANDRADE LIMA (Ordenadora – 01/01/2018 até 31/12/2018)

**EMENTA:** PRESTAÇÃO DE CONTAS DE GESTÃO. FUNDO MUN. DE VALORIZAÇÃO DO MAGISTÉRIO DE TRACUATEUA. EXERCÍCIO DE 2018. DEFESA APRESENTADA. FALHAS GRAVES NÃO SANADAS. CONTAS IRREGULARES. MULTAS. REMESSA AO MPE.

**VISTOS**, relatados e discutidos os autos do Processo Nº 144204.2018.2.000, **ACORDAM**, à unanimidade, os Conselheiros do PLENO do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, nos termos do voto do Relator, **CONSIDERANDO** o disposto no artigo 45, inciso III, c, da Lei Estadual nº 109/2016.

#### **DECISÃO:**

**JULGAR IRREGULARES** as contas do(a) Sr(a) Cilene Do Socorro Andrade Lima, relativas ao exercício financeiro de 2018. APLICAR as multas abaixo ao(a) Sr(a) Cilene Do Socorro Andrade Lima, que deverão ser recolhidas ao FUMREAP, instituído pela Lei nº 7.368/2009, de 29/12/2009, no prazo de 30 (trinta) dias, conforme previsão do art. 695, caput, do RI/TCM-PA:

1. Multa na quantidade de 300 UPF-PA prevista no Art. 698, inciso IV, alínea "b", do RI/TCM/Pa, pelo não repasse das contribuições previdenciárias retidas, descumprindo o art. 195, II, da Constituição Federal.

2. Multa na quantidade de 300 UPF-PA prevista no Art. 698, inciso IV, alínea "b", do RI/TCM/Pa. pela não apropriação das obrigações patronais do exercício, descumprindo o art. 195, I, "a", da Constituição Federal e art. 50, II, da LC 101/00.

3. Multa na quantidade de 300 UPF-PA prevista no Art. 698, inciso IV, alínea "b", do RI/TCM/Pa, pelo Parecer do Conselho de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB, pela irregularidade das contas do 3º quadrimestre. Fica desde já ciente que o não recolhimento da multa no prazo estipulado, ficará o(a) ordenador(a) passível dos acréscimos decorrentes da mora, com base no art. 703, I, II e III, do Regimento Interno, deste Tribunal.



**DETERMINAR** o exposto a seguir:

1. Cópia dos autos deverá ser encaminhada ao Ministério Público Estadual para as providências que entender cabíveis.

Sessão Virtual do Pleno do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará.

Belém - PA, 10 de Dezembro de 2021.

Os autos recursais foram autuados neste TCM-PA em **29/03/2023**, e encaminhados à Diretoria Jurídica, para manifestação quanto à admissibilidade do Recurso Ordinário em **04/04/2023**, como consta nos autos.

Nos termos do **inciso II do art. 16, da LC n.º 109/2016**<sup>1</sup>, com a redação estabelecida na forma da LC n.º 156/2022, compete ao Vice-Presidente do Tribunal a fixação do juízo monocrático de admissibilidade dos recursos ordinários interpostos em desfavor das decisões colegiadas.

**É o breve relatório, pelo que passo a apreciação de admissibilidade, conforme regramento contido na Lei Orgânica e no Regimento Interno do TCM-PA, o que o faço nos seguintes termos:**

**1. DA LEGITIMIDADE:**

Os legitimados para interpor Recurso Ordinário, em face de decisão proferida pelo Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, encontram-se destacados no rol consignado pelo **§2º, do art. 79, da LC n.º 109/2016**<sup>2</sup>.

No caso em tela, verifica-se que a **Recorrente**, ordenadora responsável pelas contas do

**FUNDO MUNICIPAL DE VALORIZAÇÃO DO MAGISTÉRIO DE TRACUATEUA**, durante o

exercício financeiro de 2018, foi alcançada pela decisão constante no **Acórdão n.º 39.812**, estando, portanto, amparado, pelo dispositivo legal transcrito, para interpor o presente **Recurso Ordinário**.

**2. DA TEMPESTIVIDADE E CABIMENTO:**

Dispõe o **§1º, do art. 81, da LC n.º 109/2016**<sup>3</sup> c/c **art. 604, §1º, do RITCM-PA**<sup>4</sup> (Ato 23), que o **Recurso Ordinário** poderá ser interposto uma só vez, por escrito, dentro do prazo de 30 (trinta) dias, contados da ciência da decisão. A partir da análise do dispositivo legal transcrito acima, constata-se que a decisão guerreada fora devidamente disponibilizada no **D.O.E do TCM-PA Nº 1.425**, de **27/02/2023**, e publicada no dia **28/02/2023**, sendo interposto, o presente recurso, em **29/03/2023**.

Neste sentido, o presente **Recurso Ordinário** se encontra dentro do prazo legal de 30 (trinta) dias, nos termos do **parágrafo único, do art. 69, inciso V, da LC n.º 109/2016**<sup>5</sup> c/c **art. 586, caput, do RITCM-PA**<sup>6</sup> (Ato 23), no que consigno, portanto, sua **tempestividade**.

Quanto ao cabimento do apelo, constata-se que o mesmo encontra amparo legal no **“caput”, do art. 81, da LC n.º 109/2016**, razão pela qual, desde que preenchidos os pressupostos legais de admissibilidade, do presente Recurso Ordinário, cabe sua admissibilidade e apreciação nos efeitos devolutivo e suspensivo, a teor do previsto no **§2º, do citado dispositivo legal**, bem como nos termos do **inciso I, do art. 585, do RITCM-PA**<sup>7</sup> (Ato 23).

**3. DA CONCLUSÃO:**

Por todo exposto, **ADMITO** o presente **RECURSO ORDINÁRIO**, em seu duplo efeito – **devolutivo e suspensivo** – nos termos do **inciso II, do art. 16 c/c §2º, do art. 81, da LC n.º 109/2016**, exclusivamente, quanto à matéria recorrida, consignada junto ao **Acórdão nº 39.812**.

Determino, assim, a remessa dos presentes autos, à Secretaria-Geral, para a competente publicação desta decisão, junto ao Diário Oficial Eletrônico do TCM-PA, na forma legal e regimental, procedendo, ato contínuo, com sua regular distribuição, em tudo observado o previsto pelo **§3º, do art. 81, da LC n.º 109/2016**<sup>8</sup>.

Belém-PA, em 28 de abril de 2023.

**LÚCIO VALE**

Conselheiro/Vice-Presidente do TCM-PA

<sup>1</sup> **Art. 16.** Compete ao Vice-Presidente, além de outras atribuições previstas no Regimento Interno:

II - exercer juízo monocrático de admissibilidade de recurso ordinário, na forma regimental;

<sup>2</sup> **Art. 79.** Das decisões do Tribunal cabem os seguintes recursos:

I - Recurso Ordinário;

**§2º.** Possuem legitimidade, para interposição dos recursos previstos neste artigo, os responsáveis, os interessados e o Ministério Público de Contas dos Municípios do Estado do Pará.

<sup>3</sup> **Art. 81.** Cabe recurso ordinário para anulação, reforma parcial ou total das decisões do Tribunal Pleno ou das Câmaras.

**§2º.** O recurso ordinário será recebido nos efeitos suspensivo e devolutivo, quanto à matéria recorrida, salvo se interposto contra decisão em processo relativo à aposentadoria, reforma ou pensão, bem como, contra determinação de medidas cautelares, hipóteses em que será recebido apenas no efeito devolutivo

<sup>4</sup> **Art. 604.** Cabe recurso ordinário das decisões proferidas pelo Tribunal Pleno e Câmara Especial, com efeito suspensivo do cumprimento do Acórdão ou Resolução recorridos e, interruptivo dos demais prazos recursais, objetivando a anulação, reforma parcial ou total destas, destacadamente, vinculadas à:

**§1º.** O recurso ordinário será interposto por escrito, uma única vez, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da publicação da decisão no Diário Oficial Eletrônico do TCM-PA, dirigido ao Presidente, que determinará o seu processamento, se atendidos os pressupostos de admissibilidade.

<sup>5</sup> **Art. 69.** Os prazos referidos nesta Lei, contam-se a partir da data: **V** - Correspondente ao primeiro dia útil seguinte, à data de publicação, quando a intimação se der pelo Diário Oficial do Estado ou Diário Eletrônico do TCM-PA;



<sup>6</sup>. Art. 586. O prazo para interposição dos recursos será computado a partir do primeiro dia útil subsequente da data em que as partes são intimadas da decisão, através da publicação do Acórdão ou Resolução, no Diário Oficial Eletrônico do TCM/PA.

<sup>7</sup>. Art. 585. Os recursos serão recebidos:

I - em ambos os efeitos, quando se tratar de recurso ordinário, salvo se interposto contra decisão em processo relativo à aposentadoria, reforma ou pensão, bem como, contra determinação de medidas cautelares, hipóteses em que será recebido apenas no efeito devolutivo;

<sup>8</sup>. Art. 81. Cabe recurso ordinário para anulação, reforma parcial ou total das decisões do Tribunal Pleno ou das Câmaras.

<sup>9</sup>. O recurso ordinário será apreciado pelo Tribunal Pleno e sua distribuição não poderá recair sob o Relator da decisão recorrida.

## DO GABINETE DO CORREGEDOR

### SOLICITAÇÃO DE PARCELAMENTO

#### CONS. JOSÉ CARLOS ARAÚJO

DESPACHO DE SOLICITAÇÃO DE PARCELAMENTO  
Nº 089/2023

PROCESSO Nº: 1.025002.2021.2.0011

PROCEDÊNCIA: CÂMARA MUNICIPAL DE CHAVES/ PA

INTERESSADO: TIBURCO LEITÃO DA SILVA

EXERCÍCIO: 2021

**ASSUNTO:** SOLICITAÇÃO DE PARCELAMENTO DE MULTA AO FUMREAP, REFERENTE A PRESTAÇÃO DE CONTAS CONSTANTE NO PROCESSO Nº 025002.2021.2.000 ACÓRDÃO Nº 42.803, DE 23/05/2023.

Considerando o relatado na Informação Nº 089/2023 – GAB/CORREGEDORIA/TCM, tratando-se de pedido de parcelamento do débito em favor do FUMREAP, autorizo, em **05 (cinco) parcelas** o pagamento referente a multa do ACÓRDÃO Nº 42.803, DE 23/05/2023.

Cientifique-se o requerente, para assinar o **TERMO DE PARCELAMENTO**.

Belém, 19 de Junho de 2023.

**JOSÉ CARLOS ARAÚJO**

Conselheiro/Corregedor/TCMPA

Protocolo: 40706



## DO GABINETE DE CONSELHEIRO SUBSTITUTO

### EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

#### CONS. SUBST. JOSÉ ALEXANDRE CUNHA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

Nº 42/2023/Cons. Subst. Alexandre Cunha/TCMPA

(Processo nº 1.014627.2021.2.0100)

De Notificação, com prazo de 15 (quinze) dias, a Senhora, **Edna Maria Sodré D Araújo**.

O Conselheiro Substituto do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, usando das atribuições conferidas pelos arts. 31 da LOTCM e art. 110, III do Regimento Interno desta Corte (RITCM), **Notifico, com fundamento no art. 33 da LOTCM**, através do presente Edital, que será publicado 03 (três) vezes, no prazo de 10 (dez) dias, no Diário Oficial Eletrônico do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, a Senhora, **Edna Maria Sodré D Araújo, Presidente do Instituto de Previdência do Município de Belém, no exercício financeiro de 2021**, para que no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da 3ª publicação, providencie o solicitado no **PARECER Nº 1555/2022/NAP/TCM/PA**, constante no processo supracitado.

Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará  
Belém, 19 de junho de 2023.

Conselheiro Substituto **Alexandre Cunha** - Relator/TCM

Protocolo: 40664

### EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

Nº 49/2023/Cons. Subst. Alexandre Cunha/TCMPA

(Processo nº 202130190-00)

De Notificação, com prazo de 15 (quinze) dias, o Senhor, **Alan de Figueiredo Uchoa**.

O Conselheiro Substituto do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, usando das atribuições conferidas pelos arts. 31 da LOTCM e arts. 75, I e 110, III do Regimento Interno desta Corte (RITCM), **Notifico, com fundamento no art. 654, §2º do RITCM**, através do presente Edital, que será publicado 03 (três) vezes, no prazo de 10 (dez) dias, no Diário Oficial Eletrônico do



[www.tcm.pa.gov.br](http://www.tcm.pa.gov.br)



↳ Consulta via leitor de QR Code/Este Diário Oficial Eletrônico do TCM/PA é GRATUITO e sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará na Internet, no endereço: <http://www.tcm.pa.gov.br/diario-eletronico>.



DOCUMENTO  
ASSINADO  
DIGITALMENTE

Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, o Senhor, **Alan de Figueiredo Uchoa, Presidente do Instituto de Previdência e Assistência do Município de Altamira, no exercício financeiro de 2023**, para que no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da 3ª publicação, providencie o solicitado no **PARECER Nº 123/2023/NAP/TCM/PA**, constante no processo supracitado.

Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará  
Belém, 19 de junho de 2023.

Conselheiro Substituto **Alexandre Cunha** - Relator/TCM  
**Protocolo: 40667**

#### EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

**Nº 51/2023/Cons. Subst. Alexandre Cunha/TCMPA**  
**(Processo nº 202030791-00)**

De Notificação, com prazo de 15 (quinze) dias, a Senhora, **Edna Maria Sodré D Araújo**.

O Conselheiro Substituto do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, usando das atribuições conferidas pelos arts. 31 da **LOTOM** e arts. 110, III do Regimento Interno desta Corte (**RITOM**), **Notifico, com fundamento no art. 33 da LOTOM**, através do presente Edital, que será publicado 03 (três) vezes, no prazo de 10 (dez) dias, no Diário Oficial Eletrônico do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, a Senhora, **Edna Maria Sodré D Araújo, Presidente do Instituto de Previdência do Município de Belém, no exercício financeiro de 2023**, para que no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da 3ª publicação, providencie o solicitado no **PARECER Nº 352/2023/NAP/TCM/PA**, constante no processo supracitado.

Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará  
Belém, 19 de junho de 2023.

Conselheiro Substituto **Alexandre Cunha** - Relator/TCM  
**Protocolo: 40673**

#### EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

**Nº 52/2023/Cons. Subst. Alexandre Cunha/TCMPA**  
**(Processo nº 202132017-00)**

De Notificação, com prazo de 15 (quinze) dias, o Senhor, **Ronald de Souza Nobre**.

O Conselheiro Substituto do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, usando das atribuições conferidas pelos arts. 31 da **LOTOM** e arts. 110, III do Regimento Interno desta Corte (**RITOM**), **Notifico, com fundamento no art. 33 da LOTOM**, através do presente Edital, que será publicado 03 (três) vezes, no prazo de 10 (dez) dias, no Diário Oficial Eletrônico do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, o Senhor, **Ronald de Souza Nobre, Presidente do Instituto de Previdência do Município de Afuá, no exercício financeiro de 2023**, para que no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da 3ª publicação, providencie o solicitado no **PARECER Nº 349/2023/NAP/TCM/PA**, constante no processo supracitado.

Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará  
Belém, 19 de junho de 2023.

Conselheiro Substituto **Alexandre Cunha** - Relator/TCM  
**Protocolo: 40676**

#### EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

**Nº 53/2023/Cons. Subst. Alexandre Cunha/TCMPA**  
**(Processo nº 202132012-00)**

De Notificação, com prazo de 15 (quinze) dias, o Senhor, **Ronald de Souza Nobre**.

O Conselheiro Substituto do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, usando das atribuições conferidas pelos arts. 31 da **LOTOM** e arts. 110, III do Regimento Interno desta Corte (**RITOM**), **Notifico, com fundamento no art. 33 da LOTOM**, através do presente Edital, que será publicado 03 (três) vezes, no prazo de 10 (dez) dias, no Diário Oficial Eletrônico do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, o Senhor, **Ronald de Souza Nobre, Presidente do Instituto de Previdência do Município de Afuá, no exercício financeiro de 2023**, para que no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da 3ª publicação, providencie o solicitado no **PARECER Nº 342/2023/NAP/TCM/PA**, constante no processo supracitado.

Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará  
Belém, 19 de junho de 2023.

Conselheiro Substituto **Alexandre Cunha** - Relator/TCM  
**Protocolo: 40680**





**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO**

**Nº 54/2023/Cons. Subst. Alexandre Cunha/TCMPA**  
**(Processo nº 202132013-00)**

De Notificação, com prazo de 15 (quinze) dias, o Senhor, **Ronaldo de Souza Nobre**.

O Conselheiro Substituto do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, usando das atribuições conferidas pelos arts. 31 da LOTCM e art. 110, III, do Regimento Interno desta Corte (RITCM/PA), **Notifico, com fundamento no art. 33 da LOTCM**, através do presente Edital, que será publicado 03 (três) vezes, no prazo de 15 (quinze) dias, no Diário Oficial Eletrônico do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, o Senhor, **Ronaldo de Souza Nobre, Presidente do Instituto de Previdência do Municipal de Afuá, no exercício financeiro de 2023**, para que no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da 3ª publicação, providencie o solicitado no **PARECER Nº 344/2023/TCM/PA**, constante no processo supracitado. Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará Belém, 21 de junho de 2023.

Conselheiro Substituto **Alexandre Cunha** - Relator/TCM  
**Protocolo: 40682**

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO**

**Nº 55/2023/Cons. Subst. Alexandre Cunha/TCMPA**  
**(Processo nº 202132015-00)**

De Notificação, com prazo de 15 (quinze) dias, o Senhor, **Ronaldo de Souza Nobre**.

O Conselheiro Substituto do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, usando das atribuições conferidas pelos arts. 31 da LOTCM e art. 110, III, do Regimento Interno desta Corte (RITCM/PA), **Notifico, com fundamento no art. 33 da LOTCM**, através do presente Edital, que será publicado 03 (três) vezes, no prazo de 15 (quinze) dias, no Diário Oficial Eletrônico do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, o Senhor, **Ronaldo de Souza Nobre, Presidente do Instituto de Previdência do Municipal de Afuá, no exercício financeiro de 2023**, para que no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da 3ª publicação, providencie o solicitado no **PARECER Nº 348/2023/TCM/PA**, constante no processo supracitado.

Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará Belém, 21 de junho de 2023.

Conselheiro Substituto **Alexandre Cunha** - Relator/TCM  
**Protocolo: 40685**

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO**

**Nº 56/2023/Cons. Subst. Alexandre Cunha/TCMPA**  
**(Processo nº 202132016-00)**

De Notificação, com prazo de 15 (quinze) dias, o Senhor, **Ronaldo de Souza Nobre**.

O Conselheiro Substituto do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, usando das atribuições conferidas pelos arts. 31 da LOTCM e art. 110, III, do Regimento Interno desta Corte (RITCM/PA), **Notifico, com fundamento no art. 33 da LOTCM**, através do presente Edital, que será publicado 03 (três) vezes, no prazo de 15 (quinze) dias, no Diário Oficial Eletrônico do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, o Senhor, **Ronaldo de Souza Nobre, Presidente do Instituto de Previdência do Municipal de Afuá, no exercício financeiro de 2023**, para que no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da 3ª publicação, providencie o solicitado no **PARECER Nº 371/2023/TCM/PA**, constante no processo supracitado. Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará Belém, 21 de junho de 2023.

Conselheiro Substituto **Alexandre Cunha** - Relator/TCM  
**Protocolo: 40688**

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO**

**Nº 57/2023/Cons. Subst. Alexandre Cunha/TCM/PA**  
**(Processo nº 202132020-00)**

De Notificação, com prazo de 15 (quinze) dias, o Senhor, **Ronaldo de Souza Nobre**.

O Conselheiro Substituto do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, usando das atribuições conferidas pelos arts. 31 da LOTCM e art. 110, III, do Regimento Interno desta Corte (RITCM/PA), **Notifico, com fundamento no art. 33 da LOTCM**, através do presente Edital, que será publicado 03 (três) vezes, no prazo de 15 (quinze) dias, no Diário Oficial Eletrônico do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, o Senhor, **Ronaldo de Souza Nobre, Presidente do**





**Instituto de Previdência do Município de Afuá, no exercício financeiro de 2023**, para que no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da 3ª publicação, providencie o solicitado no **PARECER Nº 350/2023/TCM/PA**, constante no processo supracitado. Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará Belém, 21 de junho de 2023.

Conselheiro Substituto **Alexandre Cunha** - Relator/TCM  
Protocolo: 40691

### CONS. SUBST. SÉRGIO FRANCO DANTAS

#### EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

**Nº 57/2023/Cons. Subst. Sérgio Franco Dantas/TCMPA (Processo nº 202030746-00)**

De Notificação, com prazo de 30 (trinta) dias, o Senhor, **Ângelo José Lobato Rodrigues**.

O Conselheiro Substituto do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, usando das atribuições conferidas pelos arts. 110, III, do Regimento Interno desta Corte (RITCM/PA), **Notifico, com fundamento no art. 30, §1º do LOTCM/PA e c/c §3º do art. 654 do RITCM/PA**, através do presente Edital, que será publicado 03 (três) vezes, no prazo de 10 (dez) dias, no Diário Oficial Eletrônico do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, o Senhor, **Ângelo José Lobato Rodrigues, Presidente do Instituto de Previdência do Município de Abaetetuba, no exercício financeiro de 2020**, para que no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da 3ª publicação, providencie o solicitado no **PARECER Nº 108/2023/NAP/TCM/PA**, constante no processo supracitado.

Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará Belém, 21 de junho de 2023.

Conselheiro Substituto **Sérgio Franco Dantas** - Relator/TCM

Protocolo: 40729

#### EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

**Nº 58/2023/Cons. Subst. Sérgio Franco Dantas/TCMPA (Processo nº 201932756-00)**

De Notificação, com prazo de 30 (trinta) dias, o Senhor, **Ângelo José Lobato Rodrigues**.

O Conselheiro Substituto do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, usando das atribuições conferidas pelos arts. 110, III, do Regimento Interno desta Corte (RITCM/PA), **Notifico, com fundamento no art. 30, §1º do LOTCM/PA e c/c §3º do art. 654 do RITCM/PA**, através do presente Edital, que será publicado 03 (três) vezes, no prazo de 10 (dez) dias, no Diário Oficial Eletrônico do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, o Senhor, **Ângelo José Lobato Rodrigues, Presidente do Instituto de Previdência do Município de Abaetetuba, no exercício financeiro de 2019**, para que no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da 3ª publicação, providencie o solicitado no **PARECER Nº 94/2023/NAP/TCM/PA**, constante no processo supracitado.

Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará Belém, 21 de junho de 2023.

Conselheiro Substituto **Sérgio Franco Dantas** - Relator/TCM

Protocolo: 40732

#### EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

**Nº 60/2023/Cons. Subst. Sérgio Franco Dantas/TCMPA (Processo nº 202030799-00)**

De Notificação, com prazo de 30 (trinta) dias, o Senhor, **Ângelo José Lobato Rodrigues**.

O Conselheiro Substituto do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, usando das atribuições conferidas pelos arts. 110, III, do Regimento Interno desta Corte (RITCM/PA), **Notifico, com fundamento no art. 30, §1º do LOTCM/PA e c/c §3º do art. 654 do RITCM/PA**, através do presente Edital, que será publicado 03 (três) vezes, no prazo de 10 (dez) dias, no Diário Oficial Eletrônico do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, o Senhor, **Ângelo José Lobato Rodrigues, Presidente do Instituto de Previdência do Município de Abaetetuba, no exercício financeiro de 2020**, para que no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da 3ª publicação, providencie o solicitado no **PARECER Nº 76/2023/NAP/TCM/PA**, constante no processo supracitado.

Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará Belém, 21 de junho de 2023.

Conselheiro Substituto **Sérgio Franco Dantas** - Relator/TCM

Protocolo: 40735



**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO****Nº 51/2023/Cons. Subst. Sérgio Franco Dantas/TCMPA (Processo nº 202130368-00)**

De Notificação, com prazo de 30 (trinta) dias, o Senhor, **Alan de Figueiredo Uchoa**.

O Conselheiro Substituto do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, usando das atribuições conferidas pelos arts. 110, III, do Regimento Interno desta Corte (RITCM/PA), **Notifico, com fundamento no art. 30, §1º do LOTCM/PA e c/c §3º do art. 654 do RITCM/PA**, através do presente Edital, que será publicado 03 (três) vezes, no prazo de 10 (dez) dias, no Diário Oficial Eletrônico do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, o Senhor, **Alan de Figueiredo Uchoa, Presidente do Instituto de Previdência e Assistência Social dos Servidores Públicos do Município de Altamira - ALTAPREV, no exercício financeiro de 2021**, para que no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da 3ª publicação, providencie o solicitado no **PARECER Nº 143/2023/NAP/TCM/PA**, constante no processo supracitado.

Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará  
Belém, 21 de junho de 2023.

Conselheiro Substituto **Sérgio Franco Dantas** -  
Relator/TCM

**Protocolo: 40707****EDITAL DE NOTIFICAÇÃO****Nº 52/2023/Cons. Subst. Sérgio Franco Dantas/TCMPA (Processo nº 202130156-00)**

De Notificação, com prazo de 30 (trinta) dias, o Senhor, **Alan de Figueiredo Uchoa**.

O Conselheiro Substituto do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, usando das atribuições conferidas pelos arts. 110, III, do Regimento Interno desta Corte (RITCM/PA), **Notifico, com fundamento no art. 30, §1º do LOTCM/PA e c/c §3º do art. 654 do RITCM/PA**, através do presente Edital, que será publicado 03 (três) vezes, no prazo de 10 (dez) dias, no Diário Oficial Eletrônico do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, o Senhor, **Alan de Figueiredo Uchoa, Presidente do Instituto de Previdência e Assistência Social dos Servidores Públicos do Município de Altamira**

- **ALTAPREV, no exercício financeiro de 2021**, para que no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da 3ª publicação, providencie o solicitado no **PARECER Nº 131/2023/NAP/TCM/PA**, constante no processo supracitado.

Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará  
Belém, 21 de junho de 2023.

Conselheiro Substituto **Sérgio Franco Dantas** -  
Relator/TCM

**Protocolo: 40710****EDITAL DE NOTIFICAÇÃO****Nº 53/2023/Cons. Subst. Sérgio Franco Dantas/TCM/PA (Processo nº 202030026-00)**

De Notificação, com prazo de 30 (trinta) dias, o Senhor, **Alan de Figueiredo Uchoa**.

O Conselheiro Substituto do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, usando das atribuições conferidas pelos arts. 110, III, do Regimento Interno desta Corte (RITCM/PA), **Notifico, com fundamento no art. 30, §1º do LOTCM/PA e c/c §3º do art. 654 do RITCM/PA**, através do presente Edital, que será publicado 03 (três) vezes, no prazo de 10 (dez) dias, no Diário Oficial Eletrônico do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, o Senhor, **Alan de Figueiredo Uchoa, Presidente do Instituto de Previdência e Assistência Social dos Servidores Públicos do Município de Altamira - ALTAPREV, no exercício financeiro de 2020**, para que no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da 3ª publicação, providencie o solicitado no **PARECER Nº 141/2023/NAP/TCM/PA**, constante no processo supracitado.

Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará  
Belém, 21 de junho de 2023.

Conselheiro Substituto **Sérgio Franco Dantas** -  
Relator/TCM

**Protocolo: 40713****EDITAL DE NOTIFICAÇÃO****Nº 54/2023/Cons. Subst. Sérgio Franco Dantas/TCMPA (Processo nº 202030804-00)**

De Notificação, com prazo de 30 (trinta) dias, o Senhor, **Ângelo José Lobato Rodrigues**.



O Conselheiro Substituto do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, usando das atribuições conferidas pelos arts. 110, III, do Regimento Interno desta Corte (RITCM/PA), **Notifico, com fundamento no art. 30, §1º do LOTCM/PA e c/c §3º do art. 654 do RITCM/PA**, através do presente Edital, que será publicado 03 (três) vezes, no prazo de 10 (dez) dias, no Diário Oficial Eletrônico do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, o Senhor, **Ângelo José Lobato Rodrigues, Presidente do Instituto de Previdência do Município de Abaetetuba, no exercício financeiro de 2020**, para que no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da 3ª publicação, providencie o solicitado no **PARECER Nº 79/2023/NAP/TCM/PA**, constante no processo supracitado.

Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará  
Belém, 21 de junho de 2023.

Conselheiro Substituto **Sérgio Franco Dantas** -  
Relator/TCM

Protocolo: 40719

#### EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

**Nº 55/2023/Cons. Subst. Sérgio Franco Dantas/TCMPA (Processo nº 201930858-00)**

De Notificação, com prazo de 30 (trinta) dias, o Senhor, **Ângelo José Lobato Rodrigues**.

O Conselheiro Substituto do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, usando das atribuições conferidas pelos arts. 110, III, do Regimento Interno desta Corte (RITCM/PA), **Notifico, com fundamento no art. 30, §1º do LOTCM/PA e c/c §3º do art. 654 do RITCM/PA**, através do presente Edital, que será publicado 03 (três) vezes, no prazo de 10 (dez) dias, no Diário Oficial Eletrônico do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, o Senhor, **Ângelo José Lobato Rodrigues, Presidente do Instituto de Previdência do Município de Abaetetuba, no exercício financeiro de 2019**, para que no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da 3ª publicação, providencie o solicitado no **PARECER Nº 31/2023/NAP/TCM/PA**, constante no processo supracitado.

Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará  
Belém, 21 de junho de 2023.

Conselheiro Substituto **Sérgio Franco Dantas** -  
Relator/TCM

Protocolo: 40722

#### EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

**Nº 56/2023/Cons. Subst. Sérgio Franco Dantas/TCMPA (Processo nº 202032031-00)**

De Notificação, com prazo de 30 (trinta) dias, o Senhor, **Ângelo José Lobato Rodrigues**.

O Conselheiro Substituto do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, usando das atribuições conferidas pelos arts. 110, III, do Regimento Interno desta Corte (RITCM/PA), **Notifico, com fundamento no art. 30, §1º do LOTCM/PA e c/c §3º do art. 654 do RITCM/PA**, através do presente Edital, que será publicado 03 (três) vezes, no prazo de 10 (dez) dias, no Diário Oficial Eletrônico do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, o Senhor, **Ângelo José Lobato Rodrigues, Presidente do Instituto de Previdência do Município de Abaetetuba, no exercício financeiro de 2020**, para que no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da 3ª publicação, providencie o solicitado no **PARECER Nº 91/2023/NAP/TCM/PA**, constante no processo supracitado.

Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará  
Belém, 21 de junho de 2023.

Conselheiro Substituto **Sérgio Franco Dantas** -  
Relator/TCM

Protocolo: 40725

#### EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

**Nº 50/2023/Cons. Subst. Sérgio Franco Dantas/TCMPA (Processo nº 202030672-00)**

De Notificação, com prazo de 30 (trinta) dias, a Senhora, **Edna Maria Sodré D. Araújo**.

O Conselheiro Substituto do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, usando das atribuições conferidas pelos arts. 110, III, do Regimento Interno desta Corte (RITCM/PA), **Notifico, com fundamento no art. 30, §1º do LOTCM/PA e c/c §3º do art. 654 do RITCM/PA**, através do presente Edital, que será publicado 03 (três) vezes, no prazo de 10 (dez) dias, no Diário Oficial Eletrônico do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, a Senhora, **Edna Maria Sodré D. Araújo, Presidente do Instituto de Previdência e Assistência do Município de Belém, no exercício financeiro de 2020**, para que no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar



da 3ª publicação, providencie o solicitado no **PARECER Nº 034/2023/NAP/TCM/PA**, constante no processo supracitado.

Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará  
Belém, 21 de junho de 2023.

Conselheiro Substituto **Sérgio Franco Dantas** -  
Relator/TCM

Protocolo: 40703

### CONS. SUBST. ADRIANA OLIVEIRA

#### EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

**Nº 21/2023/Cons. Subst. Adriana Oliveira/TCMPA**  
(Processo nº 202030036-00)

De Notificação, com prazo de 15 (quinze) dias, o Senhor,  
**Alan de Figueiredo Uchoa**.

A Conselheira Substituta do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, usando das atribuições conferidas pelos arts. 75, I e 110, III do Regimento Interno desta Corte (RITCM), **Notifico, com fundamento no art. 30, §1º da LOTCM e art. 654, §2º do RITCM**, através do presente Edital, que será publicado 03 (três) vezes, no prazo de 10 (dez) dias, no Diário Oficial Eletrônico do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, o Senhor, **Alan de Figueiredo Uchoa, Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Altamira - ALTAPREV, no exercício financeiro de 2020**, para que no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da 3ª publicação, providencie o solicitado no **PARECER Nº 144/2023/NAP/TCM/PA**, constante no processo supracitado.

Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará  
Belém, 19 de junho de 2023.

Conselheira Substituta **Adriana Oliveira** - Relatora/TCM

Protocolo: 40659



## SERVIÇOS AUXILIARES – SA

### CONTRATO

#### DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO – DAD

**CONTRATO Nº.:** 019/2023-TCM/PA

**PARTES:** TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PARÁ – TCM e a empresa **RM TECNOLOGIA MÉDICO ODONTOLÓGICO HOSPITALAR LTDA**.

**OBJETO:** Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva, com reposição de peças (de acordo com os limites financeiros mensais determinados), nos equipamentos odontológicos instalados no Setor ESPAÇO VIDA da Diretoria de Gestão de Pessoas deste Tribunal.

**DATA DA ASSINATURA:** 16 de junho de 2023.

**VALOR GLOBAL:** R\$ 12.000,00 (doze mil reais).

**VIGÊNCIA:** 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura.

**LICITAÇÃO:** Art. 24, inciso II da Lei nº 8.666/93, processada sob o nº PA202314358).

**DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** 03101.331.1454-8564, Fonte: 01500000001 e Elementos de Despesa: 339030.17 e 339030.25.

**ORDENADOR RESPONSÁVEL:** Conselheiro ANTONIO JOSÉ COSTA DE FREITAS GUIMARÃES – Presidente do TCM/PA.

**FORO:** Da cidade de Belém, Estado do Pará.

**CNPJ DO CONTRATADO:** Nº 43.368.387/0001-46.

**ENDEREÇO DA CONTRATADA:** Tv. Francisco Caldeira Castelo Branco, nº 885, Bairro: Fátima, Belém/PA.

Protocolo: 40726



[www.tcm.pa.gov.br](http://www.tcm.pa.gov.br)



← Consulta via leitor de QR Code/Este Diário Oficial Eletrônico do TCM/PA é GRATUITO e sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará na Internet, no endereço: <http://www.tcm.pa.gov.br/diario-eletronico>.



DOCUMENTO  
ASSINADO  
DIGITALMENTE